



**Santa
Catarina**
S.Jorge • Açores

**O Sabor dos Açores
numa lata**



**Relatório e Contas
2018**



Índice

1. Introdução	2
2. Enquadramento Macroeconómico	4
2.1. Análise Conjuntura	5
3. A Empresa	7
3.1. Informações Gerais	8
3.2. Organograma	10
3.3. Atividade	11
3.4. Investimentos	22
3.5. Recursos Humanos	23
3.6. Evolução da Gestão	27
3.7. Evolução Previsível da Sociedade	30
3.8. Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	31
4. Análise Económica e Financeira	32
4.1. Análise do Balanço	33
4.1.1. Ativo	33
4.1.2. Capital Próprio e Passivo	34
4.2. Análise da Demonstração de Resultados	36
4.2.1. Gastos e Perdas	37
4.2.2. Rendimentos e Ganhos	43
4.2.3. Resultados	46
4.3. Proposta de Aplicação de Resultados	47
5. Agradecimentos	48
6. Demonstrações Financeiras	49
6.1. Balanço	50
6.2. Demonstração dos Resultados por Natureza	51
6.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	52
6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	53
7. Anexo às Demonstrações Financeiras	54
8. Órgãos Sociais	100
8.1. Composição e Mandatos	101
8.2. Remunerações	102
8.3. Curriculum Vitae	103
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único	117
10. Certificação Legal das Contas	120



[Handwritten signature]

1. INTRODUÇÃO



Ex.mos representantes da acionista,

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º e nos termos do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, dos Estatutos e demais legislação comercial, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação Anual de Contas de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., referentes ao exercício de 2018.



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



2.1 ANÁLISE DA CONJUNTURA

O ano de 2018 foi, sem dúvida, um ano de evolução positiva para a Santa Catarina. Aumento da produção, crescimento das vendas e do preço das conservas e diminuição dos prejuízos que, desde 2016, estão a descer a um ritmo que conduz ao equilíbrio económico desta empresa. Estes números deixam a administração e os seus trabalhadores mais otimistas e motivados para dar continuidade a um trabalho que é essencial para sustentar o futuro desta indústria na ilha de São Jorge.

Muito ainda há para fazer, nomeadamente no aumento da capacidade de negociação nas compras e nas vendas, bem como na modernização da sua estrutura produtiva, que carece de atualização, pois estamos a falar de uma fábrica planeada para 5 ton/dia, no século passado, onde muitas operações ainda se fazem com intervenção humana, que deverá ser mecanizada para libertar mão-de-obra para outras atividades que contribuirão para o aumento da produtividade por trabalhador e da eficiência produtiva geral da Santa Catarina. O investimento torna-se ainda mais urgente quando falamos melhoria da eficiência energética desta unidade, que utiliza queimadores de fuel óleo para produção de vapor. A nossa rede de frio também carece de melhor eficiência e economia. O investimento em fotovoltaica será também um fator importante de competitividade desta unidade industrial. Os investimentos em novas linhas mais eficientes e equipamentos, como mesa de limpeza de pescado, e introdução de máquinas de apoio no armazém são essenciais para viabilizar a empresa.

No ano de 2018 a Santa Catarina através do seu número de controle veterinário PT-C-213 1P CE alcançou a certificação IFS Food Version 6.1, com Higher Level 95,22% de classificação. Esta certificação, na indústria alimentar, é o mais alto referencial de qualidade internacional, e para uma fábrica sediada numa pequena ilha representou, nos últimos anos, uma evolução muito grande em termos de qualidade, mas também de envolvimento dos seus quadros e trabalhadores que estão de parabéns. Esta classificação, a par da melhoria da produtividade, é reconhecida por parte dos trabalhadores de que foi positivo para a RAA investir neles e manter uma indústria na ilha de São Jorge que pode orgulhar todos os açorianos.

O ano de 2018 foi marcado por uma safra com capturas nos Açores e Madeira superiores ao que vinha sendo normal nos últimos anos, e por uma descida da cotação internacional do pescado no segundo semestre. Esta situação colocou novos desafios à indústria açoriana, que ao longo dos últimos anos tem competido por forma a garantir uma quota de pescado de salto e vara para poder responder aos contratos que possui de abastecimento de conservas fabricadas com matéria prima de origem local. Desde 2013 que o preço do atum, sobretudo o Bonito "Skipjack", tem subido nos açores/madeira, por duas razões: a primeira, por falta de oferta, a segunda, porque também nos últimos dois anos 2016/2017 houve uma evolução nos preços no mercado internacional.

Em 2018 o preço inicialmente contratado para o abastecimento direto à indústria nos Açores, foi extremamente alto, tendo em conta que estamos a falar de pescado, não calibrado e não congelado, sobre o qual incidem taxas de lota, custos logísticos em diferentes ilhas, e taxas de congelação e conservação. Esta situação, a par de uma descida do atum no mercado internacional, causou graves condicionamentos à indústria açoriana, em termos de tesouraria, com matéria prima armazenada a um preço superior e com custos de conservação superiores aos normais no mercado europeu.



Para 2019 contamos posicionar o preço dos contratos de abastecimento direto à indústria em linha com os valores descarregados pelos barcos no mercado internacional, e assim contar com a produção a ajustar-se ao mercado e permitir que a indústria recupere esta situação que condicionou os resultados de 2018, pois a existência de pescado nos mares dos Açores e Madeira deve ser um fator diferenciador e uma mais valia para a indústria açoriana e para a afirmação das nossas conservas no mercado internacional.

Produzir conservas nos Açores implica suportar um custo superior ao do continente em aproximadamente 500,00€/Ton, logo os fatores de competitividade criados pela RAA terão de anular esta situação, sob pena de no futuro perdermos um cluster que movimenta alguns milhões, gera muitas exportações e postos de trabalho. Os apoios comunitários criados para as RUP's, normalmente designado por POSEIMA, assegura 48,00€/Ton de apoio à indústria, para o pescado regional, e 240,00€/Ton para o pescado importado de bandeira comunitária. Logo, este apoio por si só não responde e anula a descompetitividade da indústria açoriana, o mesmo acontecendo na Madeira e Canárias onde a indústria desapareceu, por falta de competitividade. Assim, há que dar à indústria outros instrumentos:

- Abastecimento de matéria prima local que seja mais económica, pois os armadores recebem grande parte da ajuda do POSEIMA nas descargas para a indústria, deixando para esta todos os custos de congelação/conservação e logística;
- Um serviço público de custos logísticos e de conservação competitivo, e em linha com o mercado;
- Um investimento nos meios logísticos de descarga de matéria prima para permitir eficiência na importação de matéria prima;
- Um investimento na promoção e valorização internacional das conservas açorianas;
- Criação de um mecanismo de apoio e ajuda à compensação pelos custos de insularidade que ajude a anular o custo acrescido de produzir conservas nos Açores;

Outro fator que irá condicionar a indústria nos próximos tempos nos Açores será a oferta de trabalho nas ilhas, face a uma procura cada vez maior por parte de outros sectores emergentes, que estão a absorver grande parte da mão de obra feminina que estava afeta a esta indústria. Os últimos meses do ano de 2018 já foram condicionados em termos de produção por quebras na oferta de trabalho na Santa Catarina, sobretudo trabalho na área da limpeza do pescado. Não nos podemos esquecer que a indústria regional compete com a indústria europeia, e que os custos do ordenado mínimo nos Açores são superiores em 5% aos das nossas concorrentes nacionais.



3. A EMPRESA



3.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Santa Catarina - Indústria Conserveira S.A., com sede na Rua do Roque, n.º 9, 9850-079 Calheta São Jorge, Açores, com número de contribuinte 512044899 e com um capital social de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), tem como acionista único a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que detém 100% do capital social.

O Conselho de Administração que se encontra em funções para o triénio 2016/2018, é composto pelos seguintes elementos:

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros – Administrador Executivo – Presidente do Conselho de Administração

Roberto Nuno Raposo Ferreira – Administrador Executivo – Vogal do Conselho de Administração

Cíntia Ricardo Reis Machado - Administrador Não Executivo – Vogal do Conselho de Administração

A sociedade tem por objeto social principal a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciando ou não matéria-prima para a sua atividade.

A empresa tem como missão: produzir conservas de atum com um firme compromisso com a qualidade, com a certeza de estar a trabalhar em prol da sustentabilidade e da valorização dos recursos locais, de forma socialmente responsável.

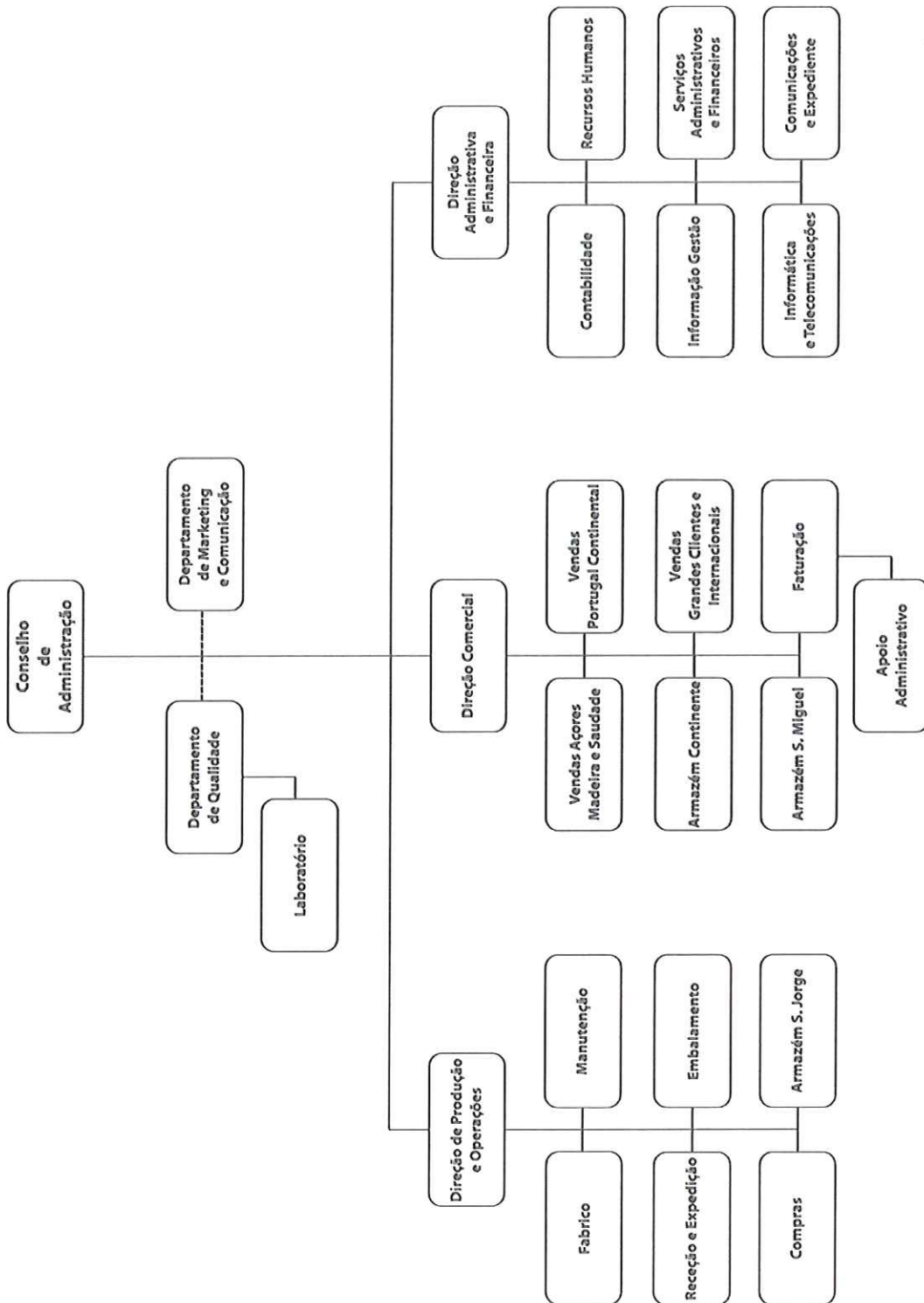
Toda a sua atividade baseia-se nos valores da Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



Designação	Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.
Objeto Social	Conservação segundo os padrões legalmente estabelecidos de produtos diversos, desde pescado a produtos agrícolas e frutícolas próprios da ilha e da região; aquisição, importação e exportação dos produtos frescos ou congelados consubstanciando na matéria-prima da atividade industrial ou orientado a fim diverso, comissões e consignações, a participação, aquisição ou afretamento das embarcações de qualquer espécie, bem como sua exploração lucrativa, a embalagem e comercialização de produtos próprios ou de terceiros, a criação de novos mercados e áreas de comercialização, podendo nelas estabelecer agências de representação ou armazenamento, a armazenagem à consignação de produtos agrícolas e industriais para posterior comercialização rentabilizada, o transporte e depósito como intermediário de mercadorias consignadas a outrem por conta de terceiros, o exercício de atividades comerciais ou de fim não lucrativo que diretamente se correlacionem com o objeto social, que dignifiquem a imagem da firma servindo de veículo publicitário da atividade exercida e da ilha ou região onde se encontra implantada.
Capital Social	50.000,00€
NIF	512044899
C.A.E.	10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
Estrutura Acionista	100% Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
Sede	Rua do Roque, 9 9850-079 Calheta, Ilha de S. Jorge (Açores)
Contatos	Tel.: 295 416 220 Fax: 295 416 814 E-mail: geral@atumsantacatarina.com Site: www.atumsantacatarina.com Facebook: http://facebook.com/ConservasSantaCatarina



3.2 ORGANOGRAMA



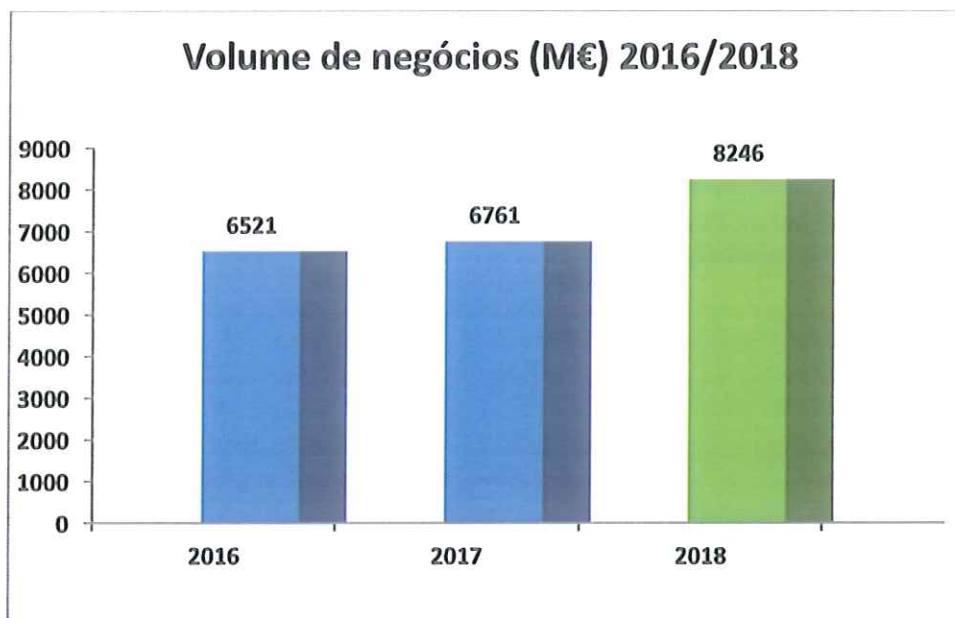


3.3 ATIVIDADE

No ano de 2009 a Santa Catarina foi adquirida pela Região Autónoma dos Açores através da Lotaçor, S.A., pois a empresa encontrava-se parada por falta de liquidez, numa situação económico e financeira muito grave, colocando em causa a continuidade da sua atividade, com graves repercussões para a economia da ilha de São Jorge e para a manutenção das exportações regionais, bem como, da manutenção de uma indústria com grande tradição nos Açores.

Desde essa data, o principal investimento da Santa Catarina tem sido na valorização das conservas produzidas na Calheta de São Jorge, acrescentando-lhes valor, para que se possa atingir a sustentabilidade da empresa. Após a intervenção da RAA na empresa, o volume de negócios da empresa cresceu até 2013, tendo tido um ligeiro decréscimo no biénio 2014/2015 e tendo infletido essa tendência já em 2016. Esse crescimento não corresponde só a volume de negócios, está também refletido em aumento do valor de venda das conservas produzidas em São Jorge, pois o número de latas vendidas em 2017 é similar ao de 2015, mas o volume de negócios é superior.

Para isso, foram criadas condições logísticas e reformulada a forma de trabalho e constituição da equipa comercial. Houve uma aposta muito clara em trabalhar com o grande retalho, de forma segmentada por marcas, e com uma estratégia que começará a dar mais e melhores resultados no futuro, de forma consistente e consolidada. No mercado internacional, houve um claro reforço das relações comerciais com alguns clientes âncora, e a procura de novos parceiros para reforçar a nossa internacionalização, parcerias essas que começam a ter resultados e continuaram a crescer e a solidificar.



Evolução das vendas de conservas em 2018

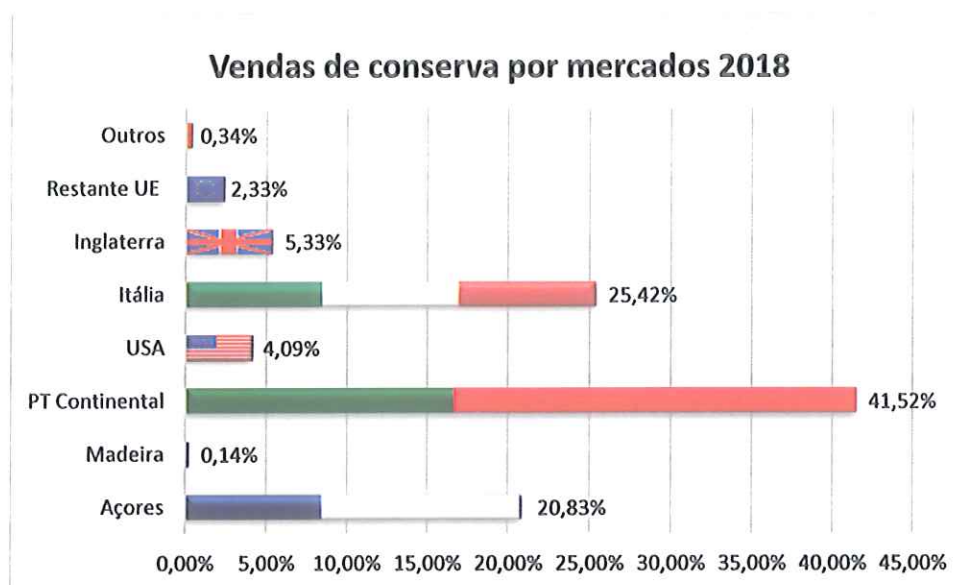
O volume de negócios da empresa atingiu os 8,246 milhões de euros em 2018, o valor mais elevado de sempre. O crescimento de 2018 face a 2017 é de 22%. A trajetória de crescimento é sustentada, pois para os anos seguintes prevemos a continuidade do crescimento, estando neste momento dependente da capacidade de crescimento em termos de produção que está condicionada a dois fatores, oferta de mão de obra e investimentos para melhoria da produtividade por trabalhador.

O aumento deveu-se, acima de tudo, ao crescimento da afirmação das nossas marcas no mercado nacional e internacional. Hoje as nossas marcas são uma presença constante e regular nas principais superfícies comerciais de retalho do país e estão presentes também em novas cadeias de distribuição em Inglaterra e EUA. No mercado Açoriano consolidamos a nossa posição e somos hoje uma referência para o consumidor Açoriano.

Pre vemos que a nossa presença no mercado nacional irá continuar a melhorar, face ao investimento que fizemos e continuamos a fazer em parcerias com a grande distribuição, onde estamos a cimentar relações de confiança e de interdependência saudáveis e rentáveis para ambas as partes.



Vendas de conserva por mercados



As vendas para países externos representaram 37,5% do total, em linha com a média do sector. Em 2018 as vendas para o mercado nacional continuam a manter a maior percentagem da entrada e consolidação da nossa posição em algumas cadeias de distribuição permitiu que a Santa Catarina se afirmasse no mercado continental nacional.

A parceria com uma grande empresa italiana e a produção de marcas de referência no mercado Italiano continuou a ter um peso muito significativo para as vendas da Santa Catarina, contudo, as vendas da nossa marca Santa Catarina começam a ter procura também naquele mercado, onde as conservas Açorianas são apreciadas pelas gerações com mais idade, fruto do trabalho feito na década de 80.

O maior crescimento de vendas verificou-se nos EUA, na ordem dos 79%, face a 2017, atingindo cerca de 350 mil euros, ou seja, cerca de 4% das vendas. Este mercado continuará a crescer, pois além do tradicional mercado da saudade, para onde produzimos a nossa e outras marcas com alguma tradição de mercado, temos reforçado a nossa presença, de forma mais sólida, numa cadeia de supermercados, para o consumidor em geral, saindo assim, fora do ciclo tradicional do cliente da saudade.

Outro aumento substancial foi conseguido em outros países da União Europeia, mercados para onde vamos continuar a crescer fruto de parcerias sólidas. Hoje é já habitual vermos conservas produzidas pela Santa Catarina em espaços comerciais de várias capitais europeias e somos procurados por clientes de outros locais do mundo que conheceram as nossas conservas nesses países.



Continuamos a ter presença em diferentes países, um pouco por toda a Europa e até por outras partes do globo. Em alguns países as parcerias que estamos a construir trarão em breve novas oportunidades de negócio, contudo, a internacionalização não se faz no curto prazo e as relações de confiança duradouras são de construção lenta e bem alicerçada em trabalho diário e confiança mútua.

O mercado Açoriano representou cerca de 21% das vendas, com pontos de venda em todas as ilhas, apresentando um crescimento de 8% relativamente ao ano anterior, mas diminuindo o seu peso nas nossas vendas.

Quanto ao mercado de Portugal Continental, que mantém a maior representatividade do volume de vendas, representou cerca de 41,5%. Apesar das vendas de marcas próprias terem decrescido, as vendas em Portugal Continental cresceram 16% porque aumentaram nos outros canais.

O maior aumento de vendas, cerca de 70%, aconteceu nas outras marcas que a empresa produz, representado já, esta categoria, cerca de 23% das vendas.

Vendas de conservas por marcas

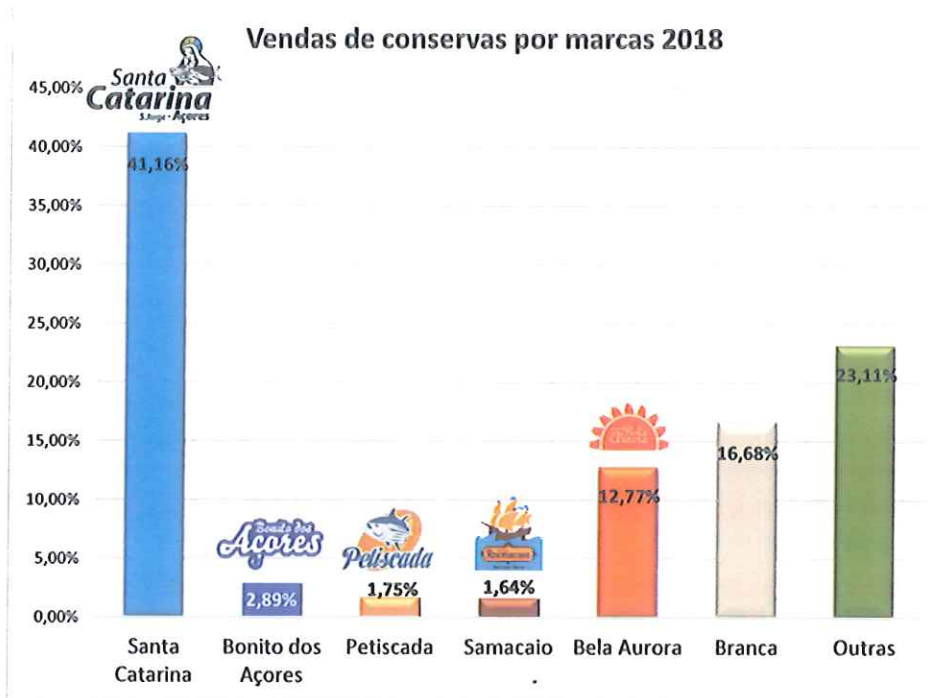
Em 2018, as marcas registadas e propriedade da Santa Catarina representaram 60% das vendas totais, divididas por Santa Catarina, Bonito dos Açores, Petiscada, Samacaio e Bela Aurora. As vendas da marca Bela Aurora continuam a crescer, ocupando o segundo lugar, entre as marcas da empresa, fruto de um contrato com a grande distribuição e com um grande investimento que nos ajudou a escoar e valorizar os Pedacinhos um produto menos valorizado. Escoar este produto a um preço economicamente mais sustentável era um problema que conseguimos ultrapassar já em 2016 e que prevemos se mantenha consolidado.

Dentro das marcas da empresa, a marca Santa Catarina distingue-se das demais, com um peso de 68%, o que representa um aumento de 2% em relação ao ano anterior. Em lata branca e com marcas próprias, a empresa vendeu quase 40% do volume total; o peso das marcas brancas está a diminuir, o que se traduz na afirmação e valorização das nossas marcas e das marcas de clientes que confiam em nós para produzirem as suas conservas.

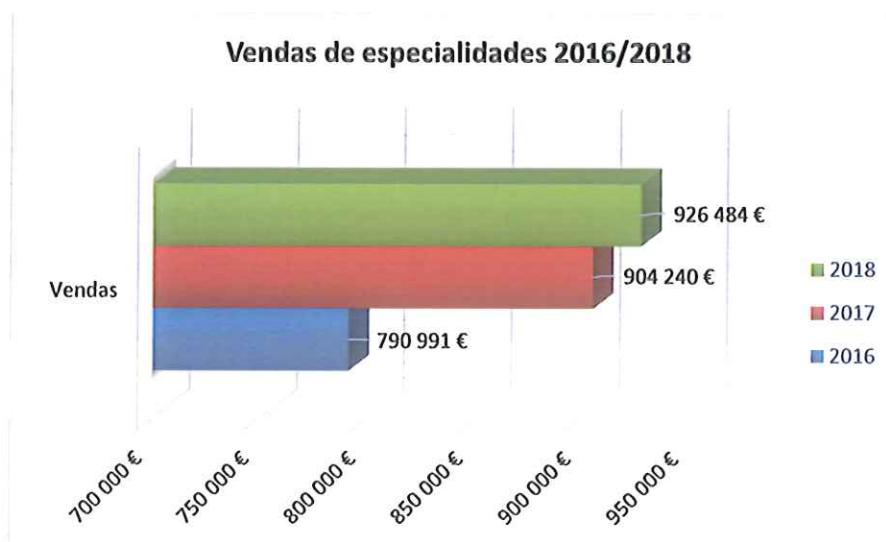




Vendas de conservas por marcas 2018



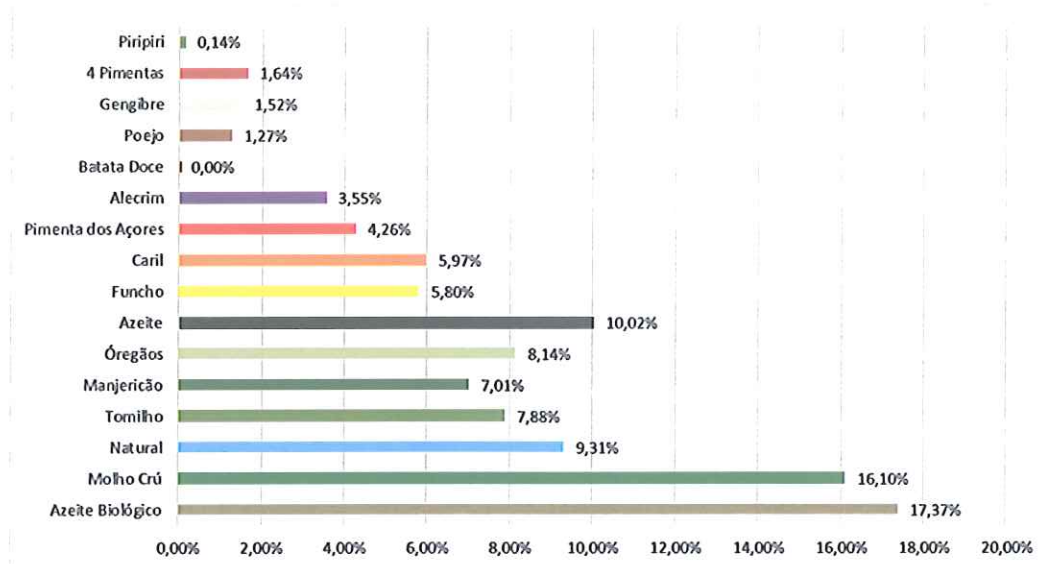
Evolução de vendas da linha de especialidades



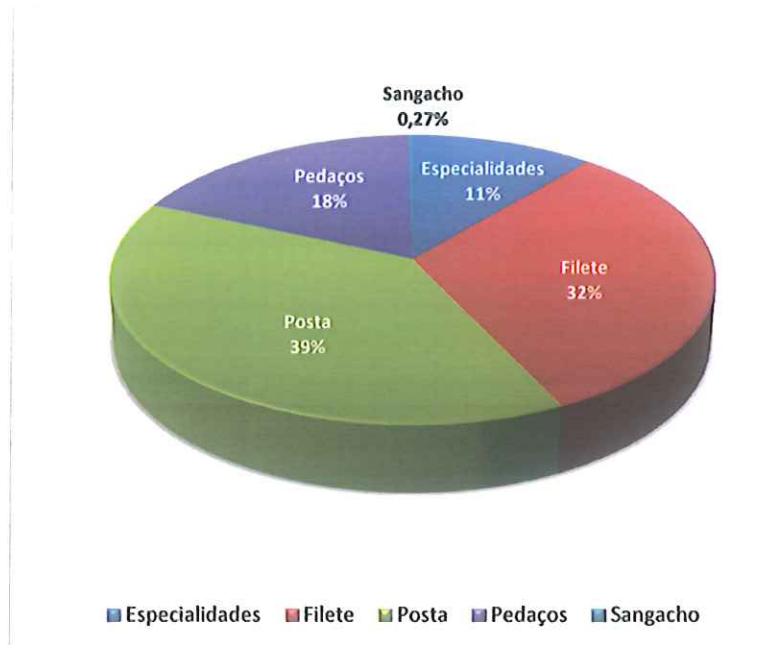
O volume de vendas da linha de especialidades Santa Catarina teve um aumento de 2% face ao ano anterior, e representaram em 2018, 11% do volume de faturação total. Esta é uma aposta ganha, hoje as nossas especialidades são a imagem principal e um produto âncora para as nossas conservas. Esta aposta é hoje uma vitória que nos abre caminho a novos mercados e ao desenvolvimento de novos produtos e novos desafios.



Vendas de especialidades por referência 2018



Vendas de conservas por corte 2018

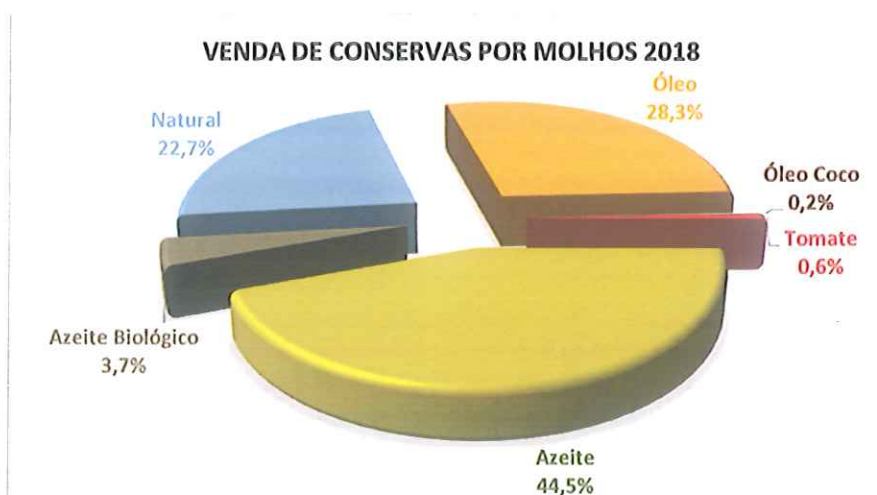


Em termos de valor, em 2018 a posta teve o maior aumento de vendas (27%), e continuou a representar a maior fatia do volume de vendas (39%). Os filetes viram o seu peso percentual aumentado em 2% relativamente a 2017, representando este ano 32% do total do volume de vendas que aumentou 24% em relação ao ano anterior. As vendas de especialidades aumentaram 2%, relativamente ao volume do ano anterior, representando agora 11% das vendas da empresa.

A Santa Catarina precisa de continuar a investir na valorização e afirmação das suas postas, pois os restantes cortes estão, de certa forma, equilibrados entre a oferta e a procura. Como precisamos de crescer em volume de negócios e laboração, para atingir o equilíbrio da nossa exploração, precisamos de melhorar a capacidade de escoamento das nossas postas, corte onde a Santa Catarina, por razões óbvias, é menos competitiva que as demais concorrentes continentais e espanholas. A nossa estratégia passa por começar a vender mais posta em novos mercados, criando um equilíbrio maior entre exportação de especialidades/filete e postas. Para isso, estamos já trabalhar novos produtos e novos canais de distribuição para os mercados da América do Norte e América Central, bem como, para o mercado Europeu.



Vendas de conservas por tipo de molho 2018

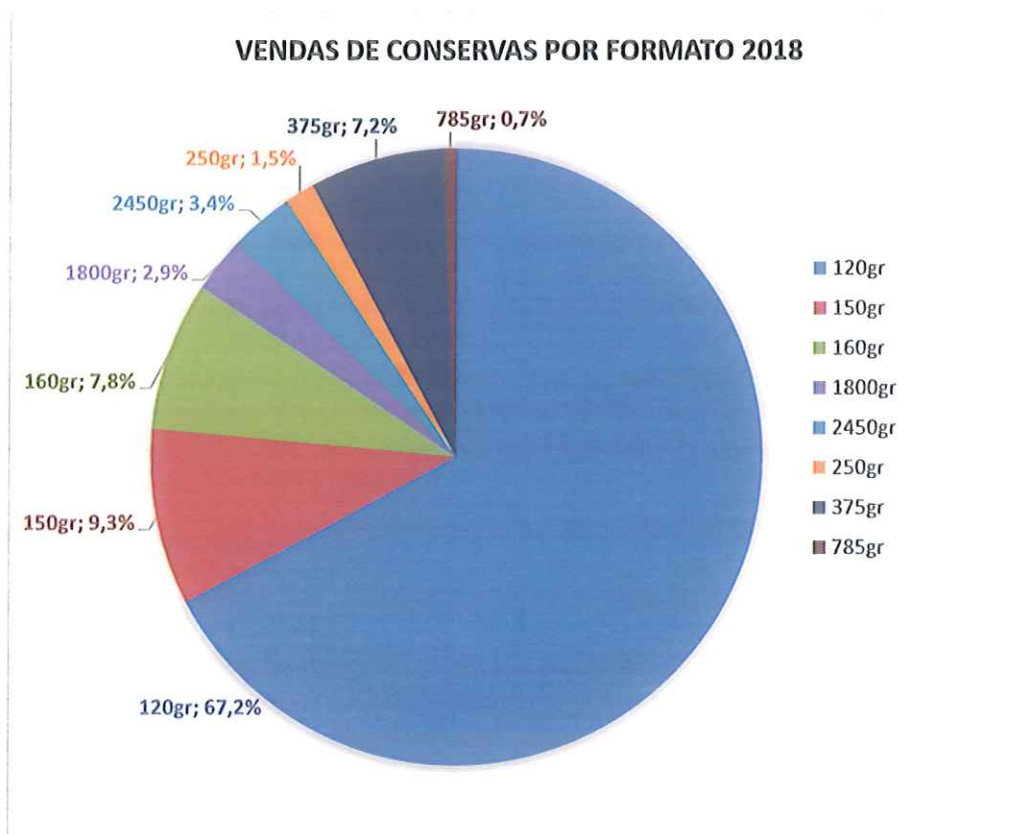


Em 2018, o volume de vendas de conservas em azeite aumentou 43%, e a sua percentagem de vendas do total situou-se nos 44,5%. Em água e em azeite biológico, as vendas de conservas aumentaram cerca de 2%, representando, em 2018, 22,7% e 3,7%, respetivamente. Em contrapartida, as conservas em óleo passaram a representar menos 3,5% do volume percentual das vendas em 2018, ou seja, 28,3%, em comparação com os 31,8% de 2017.

Estes números estão em linha com a tendência de mercado e demonstram que a Santa Catarina cada vez mais se posiciona num mercado *premium*, diminuindo a sua venda de conservas em óleo, molho utilizado para conservas de primeiro preço. Contamos continuar a crescer nos molhos do azeite e natural (água) e nos segmentos de menor escala, mas de valor acrescentado, como é o caso azeite e óleo de coco com classificação de biológico.



Vendas de conservas por formato 2018



O formato mais vendido em 2018 foi o ¼ Club (120g), com 67,2% do volume de vendas em valor, 2,7% a mais do que no ano anterior.

As embalagens de vidro em 150g e em 250g, no conjunto, representaram 10,8% do valor das vendas, menos 5% do que em 2017.

Em 2018, os chamados “formatos grandes”, com latas de 1 kg, 2 kg e 3 kg, representaram 7%, tendo as vendas atingido cerca de 579 mil euros, mais 125% do que 257 mil euros de 2017. Os “formatos pequenos” em redondo (160gr e 375g) representam 15% do total, menos 1% que em 2017.

A nossa estratégia passa por aumentar o peso dos formatos redondos nas vendas, pois são referências com menor pressão de concorrência no mercado nacional onde o ¼ club é campeão de vendas e logo, a concorrência é muito maior, praticam preços mais baixos e possuem uma capacidade de oferta em grande escala.



Venda de conservas em quantidade



Em 2018, foram vendidas, em diferentes formatos, cortes, molhos e marcas, mais de 8,6 milhões de latas de conserva, cerca de 11,5% a mais que os 7,7 milhões de latas de conserva vendidas em 2017.

De 2017 para 2018 a evolução é de aproximadamente 11,5% na quantidade de latas e de cerca de 22% no aumento do valor de vendas, o que representa um esforço da nossa empresa na valorização das conservas, na sua consolidação comercial e na afirmação da Santa Catarina.

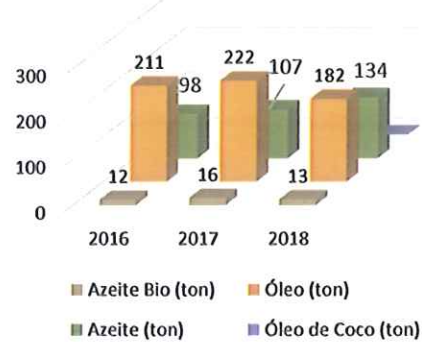


Consumos

Consumo de peixe (ton) 2016/2018



Consumo de molhos (ton) 2016/2018



A fábrica teve um aumento de 11% do peixe laborado em relação a 2017.

Em 2018 houve uma diminuição do rendimento médio da limpeza, na ordem dos 2%, fixando-se em 38,7%, o que se explica pela pequena dimensão do pescado laborado. Em relação aos molhos, o consumo de azeite subiu cerca de 25% e o consumo de óleo diminuiu 18%. O consumo de azeite biológico, também baixou 18,75%. Será essencial aumentar a quantidade de pescado laborado, para viabilizar a nossa unidade industrial. Em 2018 já equilibrámos a variação de stocks de produto acabado, pelo que podemos começar a produzir mais, fruto de uma necessidade causada pelo aumento da procura no mercado, condição fundamental para atingirmos o equilíbrio da nossa exploração.



3.4 INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2018 continuamos os investimentos na manutenção e certificação da nossa unidade industrial e atingimos o referencial de qualidade IFS Food Version 6.1, com Higher Level 95,22%. Esta certificação implica o permanente investimento na fábrica em manutenção e melhoria das condições de trabalho. Uma fábrica que não investe na melhoria/atualização da sua maquinaria e na eficiência do seu processo produtivo tende rapidamente a desatualizar-se e a ficar fora de mercado, em termos de competitividade. Assim é em pequenos investimentos na manutenção permanente dos edifícios ou em grandes reparações de máquinas das linhas de enlatamento e cravação. De realçar que esta fábrica estava sem qualquer investimento há largos anos, o que condiciona o desempenho económico da empresa. Em 2018 fizemos substituição dos controladores dos autoclaves, por terem chegado ao fim do seu período de vida útil, e ser um equipamento essencial para manter a segurança alimentar. Também fizemos investimentos na reativação do tanque de congelação, bem como na remodelação das nossas oficinas, instalações sociais, ligação dos balneários à fábrica e pavimentámos parte do exterior da fábrica. Estes investimentos serviram para alcançar a certificação IFS, mas não contribuíram para uma melhoria da eficiência produtiva.

Presentemente a fábrica precisa de investimentos mais elevados, na melhoria da sua produtividade, de melhores condições de laboração e de fluxo de produção.



3.5 RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2018, era de 126 e distribuíam-se da seguinte forma:

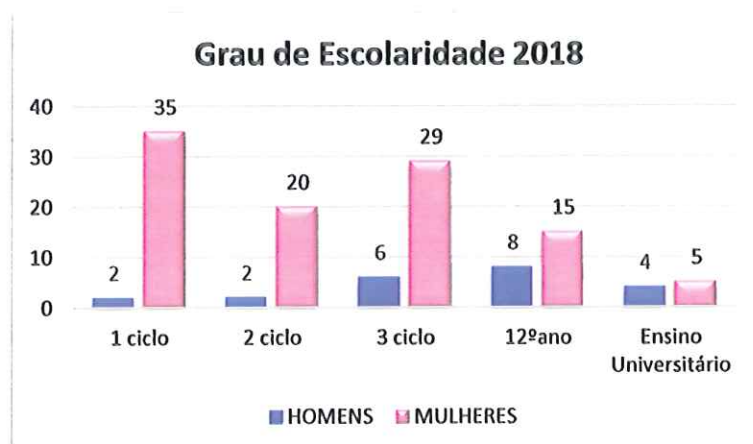
Conselho de Administração (Executivos)	2
Departamento Administrativo/Financeiro	6
Serviços Administrativos	5
Controlo Gestão	1
Departamento Comercial/Marketing/ Qualidade	8
Comercial	4
Marketing	1
Qualidade	3
Departamento Produção	110
Gestão/controlo Produção	5
Bosque	6
Fabrico	73
Embalamento e Armazenagem	13
Higiene e Limpeza	5
Manutenção	3
Custos comuns à Produção	5
TOTAL	126



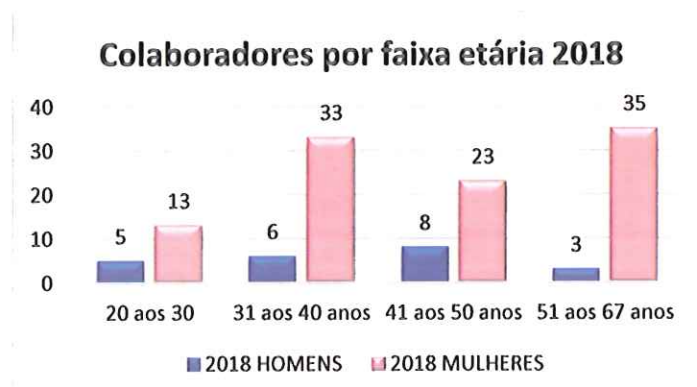
Em relação ao tipo de contrato repartem-se por:



Os níveis de habilitações literárias dos colaboradores repartiam-se da seguinte forma:



A estrutura etária é a seguinte:





Durante o ano de 2018 foram administradas cerca de 787 horas de formação em 21 ações de formação, interna e externa, em várias temáticas, com predominância nas relacionadas com Higiene e Segurança no trabalho, com o objetivo de manter a qualidade e exigência dos elevados padrões de certificação e para obtenção da certificação IFS Food, no seguimento do plano que se segue:

Problemas ou situações atuais ou previsíveis que podem ser ultrapassados com a Formação	Colaboradores a envolver na Formação			Ações de Formação para atingir os resultados esperados	Prioridade	Período do ano recomendável para a realização da Ação de Formação
	Funções	Nº Pessoas	Nº Horas			
Boas Práticas de Fabricação: Noções Básicas de Higiene e Manipulação em Produtos Alimentares, especificamente em Pescado.	Operadores de Produção (Ops Escolha, Bosque, Enlatamento, Cravação, Esterilização e Lavagem)	Cerca de 50	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	1	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB.
Higiene e Segurança no Trabalho Noções Gerais de H&ST transversais a todas as unidades fabris	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	Toda a pop. Fabril	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	2	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB
Plano de Higienização da Fábrica	Operadoras de Limpeza; Encarregado de Area	Cerca de 5	8	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	1	De acordo com o Plano de Produção. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB
Plano de Formação e Integração de Novos Funcionários	Todos os novos Funcionários	Sempre que necessário	8	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	1	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Manobrador de Empilhador	Todos os novos Funcionários de Armazém que conduzam Empilhadores	Sempre que necessário	16	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	1	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formador: Empresa Certificada para o efeito (ver logs de RH)
Formação de Esterilização: controlo de PCC na Esterilização.	Limpeza e desinfeção	3	8	Formação interna "On Job". Esterilização realizada após as 17h00.	1	Conforme necessidades da empresa. Formador: Marlene Brasil



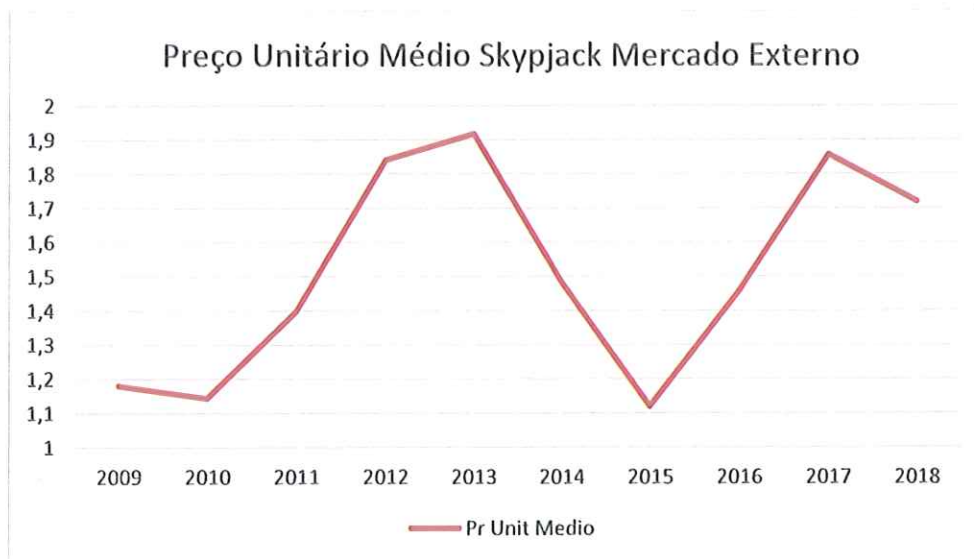
Formação de Fogueiro Condução de caldeiras e geradores a vapor	Departamento de manutenção	3	16	Formação externa	1	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa Certificada para o efeito
Formação Gestão de Alérgenos: Sensibilização dos funcionários para a sua importância na segurança alimentar	Todos os Funcionários	120	4	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	1	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa Certificada para o efeito
Formação em Primeiros Socorros aplicação das medidas de Primeiros socorros	Operadoras de Armazém;	1	8	Formação nas Instalações da ASAL, SA., em Vila Franca de Xira, com a duração 8 horas).	1	De acordo com a legislação em vigor.
Primavera: aplicação da legislação em vigor em Recursos Humanos	Departamento R.H	2	8	Formação na plataforma e-learning	1	Conforme necessidades da empresa.
Limpeza de Peixe	Produção	Sempre que se verificou e	8	Formação na produção	1	Conforme necessidades da empresa. Formador: Manuel Enes
Food Defense	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	Toda a pop. Fabril	2	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	1	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Marlene Brasil/Anabela Santos



3.6 EVOLUÇÃO DA GESTÃO

O principal fator de rentabilidade de uma fábrica de conservas de atum é a matéria prima, logo, os anos de 2016 e 2017 foram condicionados por uma evolução crescente da cotação do pescado no mercado internacional e pela qualidade/calibre do mesmo. Em 2018, a Santa Catarina recorreu a pescado importado no primeiro semestre, mas no segundo utilizou apenas pescado descarregado nos Açores. Apesar de ser um pescado de maior qualidade e melhor valorização, foi na sua maioria de calibre pequeno e com um preço e custo logístico que originou uma perda em relação à cotação do mercado internacional.

Como do lado da compra de matéria prima o mercado é volátil, e do lado da venda, junto do consumidor final, os preços são estáveis, estamos perante uma indústria que está sujeita às flutuações e contingências do mercado.



Não basta a esta empresa crescer em volume de vendas, é preciso valorizar as suas marcas e produtos para assumir a sua quota de mercado e tornar as vendas cada vez mais estáveis e menos sujeitas às flutuações do mercado. Esse trabalho é feito pela Santa Catarina com grande dedicação dos seus profissionais. Contudo, existem campanhas de valorização e divulgação que são essenciais para a futuro da empresa e da indústria conserveira regional que deviam ser assumidas numa ótica global.

Os rendimentos de aproveitamento de peixe ao longo de 2018 baixaram, fruto do calibre do pescado. Houve um esforço na formação de pessoal e de contratação de mais mão-de-obra para aumentar a produção, contudo, no final do ano já começamos a assistir a uma dificuldade elevada na contratação de pessoas para a limpeza do pescado. O aumento de produção numa unidade



industrial, com recurso elevado a mão-de-obra especializada não se consegue no curto prazo, é um trabalho demorado e de preparação que leva muitas das vezes anos a atingir os objetivos. A produção e rentabilização de atum em conserva está dependente de variadíssimos fatores: capacidade de oferta de trabalhadores com experiência na limpeza e enlatamento de pescado, calibre e qualidade da matéria prima e capacidade de alavancagem das linhas de produção. A Santa Catarina deverá continuar a formação dos seus quadros, o recrutamento de mão-de-obra com *know how*, o reforço da sua fábrica, para ter amplitude de fabrico até 16 milhões de latas, e a melhorar a sua liquidez por forma a aumentar a sua capacidade negocial, por forma a poder seleccionar o pescado no momento da compra.

A qualidade e o saber fazer da Santa Catarina são corroborados pelos prémios que tem recebido de uma forma consistente.

CONCURSO NACIONAL DE CONSERVAS 2018

Santa Catarina conquistou em 2018 quatro prémios no 7.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém, incluindo o mais importante do certame, que distingue “O Melhor dos Melhores”, com o Filete de atum com molho cru, que já havia vencido o mesmo prémio em 2012 e 2017.

A distinção, conferida ao produto da gama de especialidades da Santa Catarina num concurso em que se apresentaram produtos de grande qualidade, exalta aquele produto como “a conserva de maior excelência”.

Para além do principal prémio, obteve ainda duas medalhas de ouro, uma para o Filete de atum com pimenta da terra e outra para o Filete de atum em azeite biológico, em frasco de vidro. Na categoria Prata, medalhou o Filete de atum em azeite com alecrim.

Santa Catarina consagrou o seu atum como “Melhor dos Melhores” pelo 7.º ano consecutivo.

CERTIFICAÇÃO IFS FOOD 6.1

Este ano a Fábrica Santa Catarina recebeu a sua nova certificação de Qualidade e Segurança Alimentar, a IFS Food 6.1.

Santa Catarina já era certificada pelas FSSC 22000 e com esta nova certificação IFS FOOD ascende ao mais elevado patamar de exigência na Indústria Alimentar.

A Fábrica obteve uma classificação de 95.22% (high level) na certificação IFS Food 6.1.

Esta norma internacional IFS FOOD 6.1. pretende garantir a qualidade e a segurança alimentar de produtos e de processos, que vão do processo de produção até à comercialização. Este referencial é particularmente sensível e exigente no desenvolvimento de ferramentas de gestão de qualidade



e segurança alimentar para a deteção atempada de fraudes e contaminações em toda a cadeia de produção e abastecimento, desde os fornecedores de matéria prima até ao consumidor final.

A IFS Food - International Feature Standards é uma norma reconhecida pelo GFSI para certificar a segurança e qualidade dos produtos alimentares e processos de produção.

A certificação IFS tem um reconhecimento e validação internacional que permite a criação de uma imagem de marca no sector alimentar, construindo a confiança dos clientes e consumidores e abrindo caminho para novas oportunidades de mercado.

O sistema de avaliação padronizada ajuda a compreender a qualidade e a segurança alimentar de um modo holístico e transversal a toda a estrutura de fabricação, logística e cadeia de abastecimento, tanto a montante como a jusante de todos os processos e recursos envolvidos. O programa da certificação IFS FOOD melhora a compreensão dos processos de qualidade e segurança em toda a organização, e em toda a sua cadeia de fornecimento, estabelecendo padrões que proporcionam uniformidade e transparência em toda a cadeia de abastecimento (exigência de toda a Distribuição Moderna que exige a rastreabilidade total em toda a Cadeia de Custódia).

A certificação foi um processo que exigiu comprometimento ao mais elevado nível da organização, e captação de todos os recursos disponíveis ao nível da qualidade e segurança alimentar, envolvendo recursos humanos e financeiros. Santa Catarina teve aqui o seu maior desafio, uma vez que com uma infraestrutura já com largas dezenas de anos, e que foi sendo desenvolvida em segmentos ao longo dos anos, teve de adaptar e adotar alterações de layout que envolveu grande investimento financeiro, assim como adaptação de normas e procedimentos que impactam diretamente no dia a dia da empresa, com as desafiantes mudanças comportamentais, atingidas com sucesso, de toda a população fabril.

A Certificação abre-nos novos caminhos de consistência de qualidade e segurança alimentar que se veem juntar ao nosso programa de sustentabilidade e desenvolvimento das marcas e produtos por nós fabricados.



3.7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Para 2019 espera-se uma estabilização dos preços das matérias primas, nomeadamente o atum. Os preços atingidos em 2017 foram o pico de um ciclo. Contamos no próximo ano continuar a ter peixe nos Açores e melhores condições negociais para garantir o máximo de peixe fresco possível proveniente da safra regional.

Contamos continuar a aumentar a nossa produção e o nosso volume de negócios em 2019 para dar continuidade ao trabalho de preparação da fábrica e de penetração no mercado, iniciado em 2016 e 2017, para atingirmos o equilíbrio dos resultados de exploração a médio prazo. O plano de negócios elaborado por este Conselho de Administração previa que a empresa conseguisse um EBITDA positivo ainda no decorrer do mandato. Tal não aconteceu porque a cotação da matéria prima e o seu calibre em 2017 foram anormalmente altos e baixos, respetivamente, e em 2018 os preços dos contratos de abastecimento diretos nos Açores e Madeira foram elevados, com custos logísticos que condicionaram os resultados. Contudo, estamos no caminho para a viabilização da empresa.

Relativamente às vendas, pretende-se aumentar o volume de negócios, com o aumento de encomendas, acrescido de um aumento geral de preços da conserva. No segmento filete/especialidade, iremos dar sempre prioridade à conserva de especialidades, alterando a relação de volumes vendidos entre eles, pois as especialidades libertam uma margem superior à do filete. A nossa nova linha Bio & Light está já no mercado e irá também percorrer o seu caminho de afirmação e conquista da sua quota de mercado; será mais um fator diferenciador para a valorização das nossas conservas.

A empresa precisa melhorar a sua capacidade negocial para poder comprar melhor e abastecer-se de forma mais eficiente. Além disso, precisa de investimentos que permitam melhorar a sua eficiência de produção, energética e criar melhores condições de trabalho aos seus profissionais, em linha com as suas concorrentes.

Em 2018, se retirássemos o impacto dos custos logísticos do pescado no segundo semestre, e tivéssemos uma valorização do atum em linha com a descida ocorrida no mercado internacional, tínhamos atingido um resultado já muito próximo do EBITDA positivo.



3.8 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Adotada a "Convenção contra a Corrupção", em 31-10-2003, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a mesma aprovada pela Resolução nº47/2007, de 21 de setembro, da Assembleia da República e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº97/2007, de 21 de setembro.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, foi criado, pela Lei nº54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com estatuto de Entidade Administrativa Independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018 (Decreto Legislativo Regional nº1/2018/A, de 3 de janeiro), consigna a obrigação do Governo Regional dar cumprimento à Recomendação nº1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que diz respeito, entre outros, ao setor público empresarial regional, no qual se insere a Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

Com vista a melhorar as inconsistências dos controlos internos existentes e tendo em referência a Recomendação n.º3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, o Conselho de Administração da Santa Catarina aprovou o "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas".

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como dos principais riscos e correspondentes controlos instituídos pela Santa Catarina, visando a sua mitigação.

Foram analisadas e otimizadas as medidas já em vigor, assim como foram criados novos procedimentos que contribuem para a cabal prossecução do plano.

O Plano foi disponibilizado na página eletrónica da Santa Catarina e foram feitas ações formativas de curta duração sobre o Plano, com particular enfoque nos princípios gerais da transparência, a legalidade, a prossecução do objeto da sociedade, a igualdade e imparcialidade, bem como as incompatibilidades, impedimentos e dever de escusa de titulares, agentes e demais colaboradores.

Foi também divulgado, por todos os colaboradores, da disponibilidade do Plano na página eletrónica referida.



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



4.1 ANÁLISE DO BALANÇO

4.1.1 ATIVO

Rubricas	2018	2017	Variação %
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	2 325 857,01	2 396 516,82	-2,95%
Ativos intangíveis	282 800,00	323 200,00	-12,50%
Outros investimentos financeiros	10 915,49	580 123,35	-98,12%
	2 619 572,50	3 299 840,17	-20,62%
Ativo corrente:			
Inventários	3 297 022,61	2 145 788,62	53,65%
Clientes	2 545 458,73	2 283 368,27	11,48%
Estado e outros entes públicos	191 503,82	106 754,72	79,39%
Outros créditos a receber	344 134,35	1 079 510,07	-68,12%
Diferimentos	2 845,53	3 242,19	-12,23%
Caixa e depósitos bancários	310 193,44	126 120,31	145,95%
	6 691 158,48	5 744 784,18	16,47%
Total do Ativo	9 310 730,98	9 044 624,35	2,94%

O ativo aumentou, em termos globais, 3%, face a 2017.

ATIVO NÃO CORRENTE

Esta rubrica diminui em 20% de 2017 para 2018. Para além de terem sido feitos apenas investimentos em equipamentos e manutenção da fábrica, de valor muito inferior ao que a empresa necessita, por consequência da fusão da Companhia com a Santa Catarina, foi desreconhecido o investimento financeiro da Santa Catarina naquela empresa que foi extinta.

ATIVO CORRENTE

O ativo corrente aumentou em 16,5%. Este crescimento deveu-se ao aumento significativo dos inventários e dos outros créditos a receber, onde se inclui o valor a receber da Companhia, Lda. Também contribuiu para este crescimento, o valor a receber da alienação da embarcação "Mestre Afonso", cujo reconhecimento contabilístico foi feito este ano, uma vez que não se prevê o não cumprimento do contrato-promessa de compra e venda.



4.1.2 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:

Capital subscrito	50 000,00	50 000,00	-
Outros instrumentos de capital próprio	13 595 729,04	12 870 729,04	5,63%
Resultados transitados	(19 305 775,37)	(17 515 858,21)	10,22%
Excedentes de revalorização	330 303,07	365 054,20	-9,52%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	235 289,60	(23 676,71)	-1093,76%
	<u>(5 094 453,66)</u>	<u>(4 253 751,68)</u>	
Resultado líquido do período	(976 726,20)	(1 463 958,69)	-33,28%
Total do Capital Próprio	<u>(6 071 179,86)</u>	<u>(5 717 710,37)</u>	6,18%

PASSIVO:

Passivo não corrente:

Estado e outros entes públicos	1 905 635,19	1 471 093,26	29,54%
Financiamentos obtidos	4 459 260,59	4 456 186,12	0,07%
Passivos por impostos diferidos	114 206,23	128 010,48	-10,78%
Provisões	-	1 593 978,14	-100,00%
	<u>6 479 102,01</u>	<u>7 649 268,00</u>	<u>-15,30%</u>

Passivo corrente:

Fornecedores	3 318 730,79	1 440 685,24	130,36%
Estado e outros entes públicos	308 871,16	227 691,77	35,65%
Financiamentos obtidos	4 058 376,11	3 809 512,67	6,53%
Outras dívidas a pagar	1 216 830,77	1 635 177,04	-25,58%
	<u>8 902 808,83</u>	<u>7 113 066,72</u>	<u>25,16%</u>

Total do Passivo	<u>15 381 910,84</u>	<u>14 762 334,72</u>	4,20%
-------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>9 310 730,98</u>	<u>9 044 624,35</u>	2,94%
--	----------------------------	----------------------------	--------------

CAPITAL PRÓPRIO

No ano de 2018 a Lotação reforçou os capitais próprios da Santa Catarina, no montante de 725.000,00 euros, passando o saldo da rubrica Instrumentos de capital próprio para 13.595.729,04 euros.

O valor do capital próprio ficou negativo em -6.071.179,86€, fundamentalmente devido aos resultados transitados terem aumentado em relação a 2017, e ao próprio resultado líquido negativo do período.



PASSIVO

O passivo, na sua globalidade, aumentou em 4,2%. O aumento para mais do dobro do valor da sub-rubrica fornecedores é a principal razão para o crescimento do passivo. Este aumento de fornecedores foi atenuado pelo desconhecimento da rubrica provisões, no passivo não corrente, devido à fusão da Companhia.

PASSIVO NÃO CORRENTE

Existe uma diminuição do passivo não corrente em **15,3%**, devido desconhecimento da rubrica provisões, devido à fusão da Companhia.

PASSIVO CORRENTE

O passivo corrente aumentou 25%, devido ao aumento dos fornecedores, maioritariamente de peixe comprado na safra regional de 2018, e aos financiamentos obtidos correntes, para apoio às necessidades de tesouraria, e ao aumento da rubrica estado e outros entes públicos.



4.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

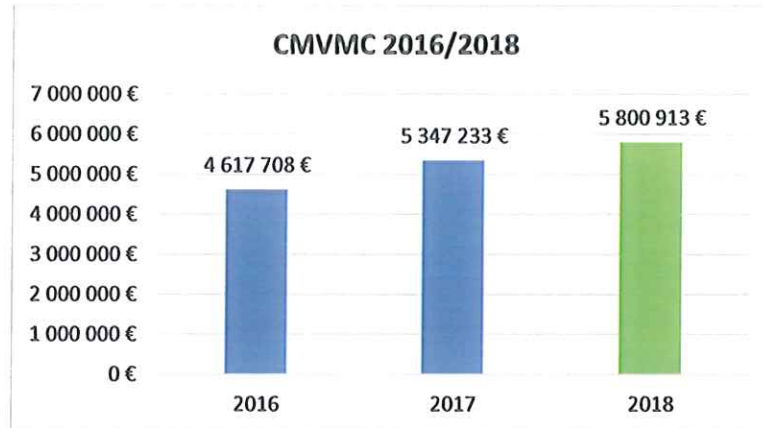
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	€ 2018	€ 2017	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	8 246 372,64	6 761 463,22	21,96%
Subsídios à exploração	357 784,90	259 696,57	37,77%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(97 404,98)	-100,00%
Variação nos inventários da produção	(163 037,66)	(581,61)	27932,13%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5 800 913,35)	(5 347 233,38)	8,48%
Fornecimentos e serviços externos	(1 067 519,19)	(878 090,30)	21,57%
Gastos com o pessoal	(1 828 564,30)	(1 785 278,15)	2,42%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	50 000,00	-100,00%
Outros rendimentos	53 631,39	379 010,52	-85,85%
Outros gastos	(218 599,80)	(310 130,22)	-29,51%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	(420 845,37)	(968 548,33)	-56,55%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(237 809,25)	(252 195,85)	-5,70%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(658 654,62)	(1 220 744,18)	-46,04%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(330 776,02)	(322 855,91)	2,45%
Resultado antes de impostos (EBT)	(989 430,64)	(1 543 600,09)	-35,90%
Imposto sobre o rendimento do período	12 704,44	79 641,40	-84,05%
Resultado líquido do período	(976 726,20)	(1 463 958,69)	-33,28%



4.2.1 GASTOS E PERDAS

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

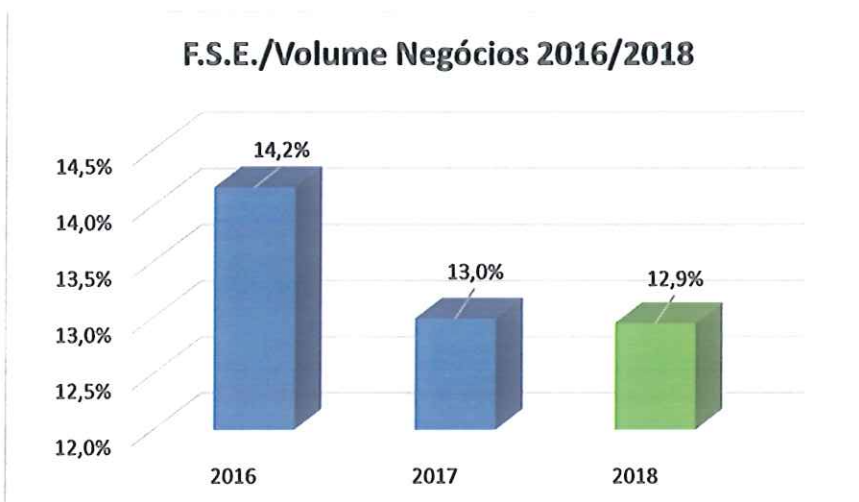


Conta	Descrição	2018	2017	Var. %
6111	Mercadorias - cmvc	210 562,40 €	1 469,55 €	14228,36%
61211	Matérias primas - cmpvc	2 817 262,51 €	3 066 105,26 €	-8,12%
61216	Matérias primas - Lombos - cmpvc	346 794,39 €	0,00 €	100,00%
61221	Matérias subsidiárias - cmpvc	634 336,75 €	685 779,86 €	-7,50%
61231	Embalagens de consumo - cmpvc	1 192 986,51 €	1 014 999,55 €	17,54%
61241	Matérias Diversas - cmpvc	81 419,97 €	70 168,91 €	16,03%
61251	Matérias BAR - cmpvc	10 181,16 €	12 446,75 €	-18,20%
61261	Despesas adicionais - cmpvc	507 369,66 €	496 263,50 €	2,24%
61	Total de CMVMC	5 800 913,35 €	5 347 233,38 €	8,48%

Como se poderá verificar, o aumento desta rubrica em 8,48%, em 2018, deve-se sobretudo ao grande aumento da quantidade de peixe não laborado pela Santa Catarina e vendido.



Fornecimentos e Serviços Externos



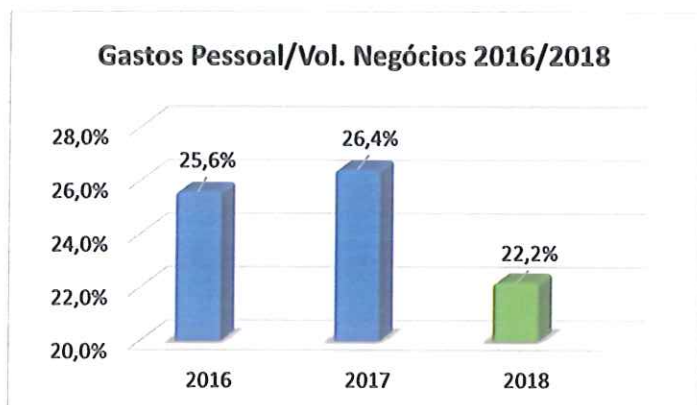
Em 2018, a rubrica “Serviços Especializados” representou 42% dos fornecimentos e serviços externos, uma vez que a grande quantidade de pescado comprado na safra regional, originou um custo de armazenagem no frio de 223.100,32€, cerca de 50% da sub-rubrica. As “Deslocações, estadas e transportes” representaram 36,19% dos fornecimentos e serviços externos, sendo que os transportes representam 88,6% do total, devido à localização da fábrica e operação logística necessária para colocar os produtos no mercado, e o transporte dos colaboradores para o local de trabalho, que representa um custo elevado, mas que é também um investimento na captação de boa mão-de-obra, e no rendimento indireto dos nossos colaboradores. A energia e fluídos representa 13,6% dos FSE; este é um aspeto onde o investimento torna-se essencial e poderá ser um fator de melhoria da competitividade da nossa unidade industrial, recorrendo a novas formas de energia. Os serviços diversos com 5,44% e os materiais com 2,86%, estão em linha com as necessidades da empresa.



Conta	Descrição	2018	2017	Var. %
6221	Trabalhos Especializados	74 199,30 €	144 472,94 €	-48,64%
6222	Publicidade e Propaganda	4 360,31 €	9 086,24 €	-52,01%
6223	Vigilância e Segurança	0,00 €	120,00 €	-100,00%
6224	Honorários	0,00 €	3 565,11 €	-100,00%
6225	Comissões	31 849,82 €	51 299,59 €	-37,91%
6226	Conservação e Reparação	36 434,60 €	22 918,47 €	58,97%
6228	Outros Serviços Especializados	300 520,49 €	105 185,20 €	185,71%
622	Sub Total - Serviços Especializados	447 364,52 €	336 647,55 €	32,89%
6231	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	21 533,16 €	25 633,16 €	-15,99%
6232	Livros e Documentação Técnica	0,00 €	0,00 €	0,00%
6233	Material de Escritório	4 011,31 €	3 314,39 €	21,03%
6234	Artigos para oferta	0,00 €	0,00 €	0,00%
6238	Outros Materiais	5 015,75 €	8 187,19 €	-38,74%
623	Sub Total - Materiais	30 560,22 €	37 134,74 €	-17,70%
6241	Electricidade	81 585,90 €	80 992,31 €	0,73%
6242	Combustíveis	11 734,08 €	8 582,32 €	36,72%
6243	Água	30 889,98 €	33 014,49 €	-6,44%
6248	Outras Energias e Flúidos	20 943,53 €	2 872,49 €	629,11%
624	Sub Total - Energia e Flúidos	145 153,49 €	125 461,61 €	15,70%
6251	Deslocações e Estadas	44 088,72 €	30 903,51 €	42,67%
6252	Transportes de Pessoal	50 771,08 €	51 584,33 €	-1,58%
6253	Transportes de Mercadorias	291 506,48 €	241 015,06 €	20,95%
625	Sub Total - Deslocações, Estadas e Transportes	386 366,28 €	323 502,90 €	19,43%
6261	Rendas e Alugueres	2 892,24 €	2 892,24 €	0,00%
6262	Comunicação	8 807,61 €	11 513,27 €	-23,50%
6263	Seguros	13 232,71 €	13 817,53 €	-4,23%
6264	Royalties	0,00 €	0,00 €	0,00%
6265	Contencioso e Notariado	2 584,29 €	1 927,99 €	34,04%
6266	Despesas de Representação	3 606,80 €	2 945,49 €	22,45%
6267	Limpeza Higiene e Conforto	26 072,58 €	18 123,25 €	43,86%
6268	Outros Serviços Diversos	878,45 €	4 123,73 €	-78,70%
626	Sub Total - Serviços Diversos	58 074,68 €	55 343,50 €	4,93%
62	Total - Forn e Serv Externos	1 067 519,19 €	878 090,30 €	21,57%



Custos com o Pessoal

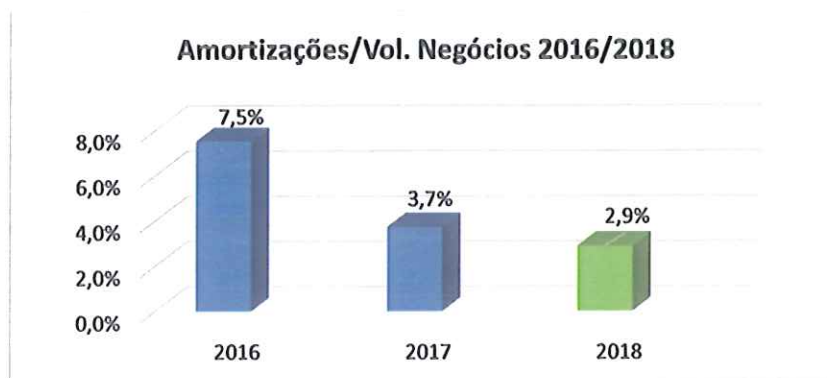
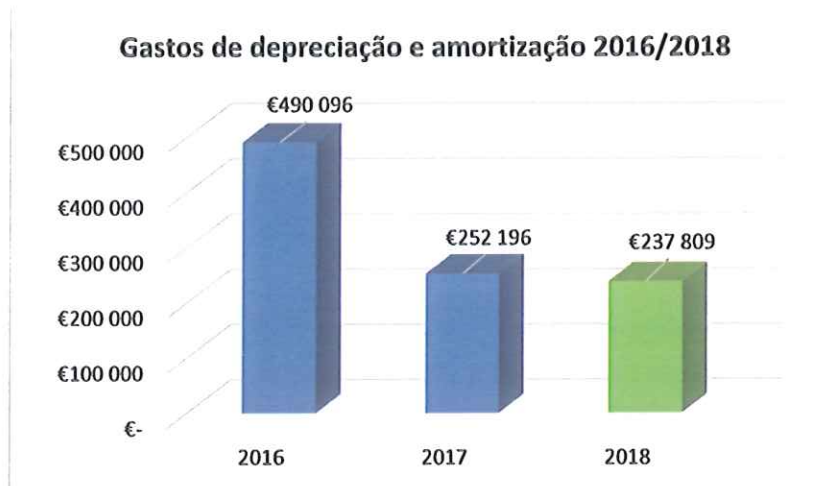


Conta	Descrição	2018	2017	Var. %
	Gastos com Pessoal			
631	Remunerações Órgãos Sociais	115 193,35 €	115 901,31 €	-0,61%
632	Remunerações do Pessoal	1 329 720,44 €	1 289 848,73 €	3,09%
634	Indemnizações	5 966,59 €	10 868,66 €	-45,10%
635	Encargos sobre Remunerações	321 536,07 €	314 362,03 €	2,28%
636	Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof.	38 457,43 €	30 274,07 €	27,03%
638	Outros Gastos com Pessoal	17 690,42 €	24 023,35 €	-26,36%
63	Total de Gastos com Pessoal	1 828 564,30 €	1 785 278,15 €	2,42%

Os Gastos com pessoal aumentaram 2,42%, relativamente ao ano transato. Em 2018 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 22,2%.



Gastos de depreciação e de amortização



Face à inexistência de investimentos significativos, as amortizações reportam-se aos bens ao serviço da empresa.

Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

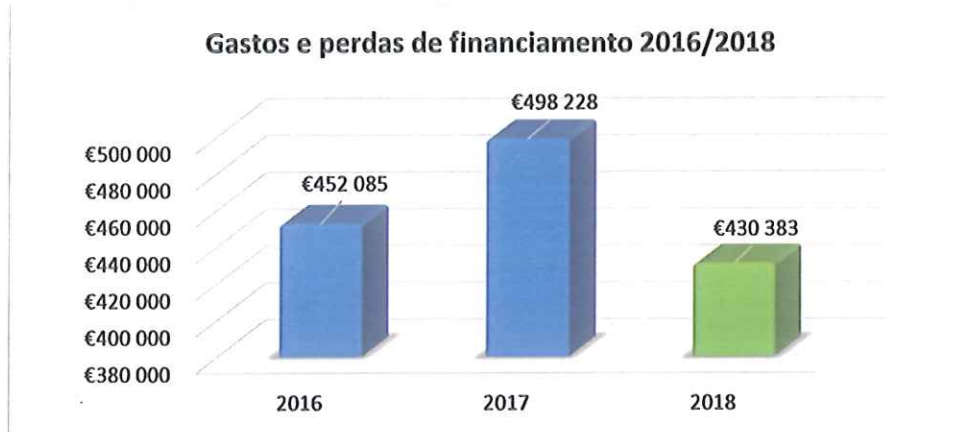
Este ano não existem perdas imputadas de subsidiárias, uma vez que a Companhia, Lda foi extinta por fusão com a Santa Catarina, conforme resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho de 2018.

Outros Gastos e Perdas

Foram registadas perdas no valor de 218.599,80 €, cujos principais itens são referentes aos juros de mora (66.007,32€), correções relativas a períodos anteriores (45.533,23€), impostos (37.979,77€), a encargos com descontos de letras (33.599,61€), descontos de pronto pagamento (25.760,98€ e quotizações (5.430,00€).

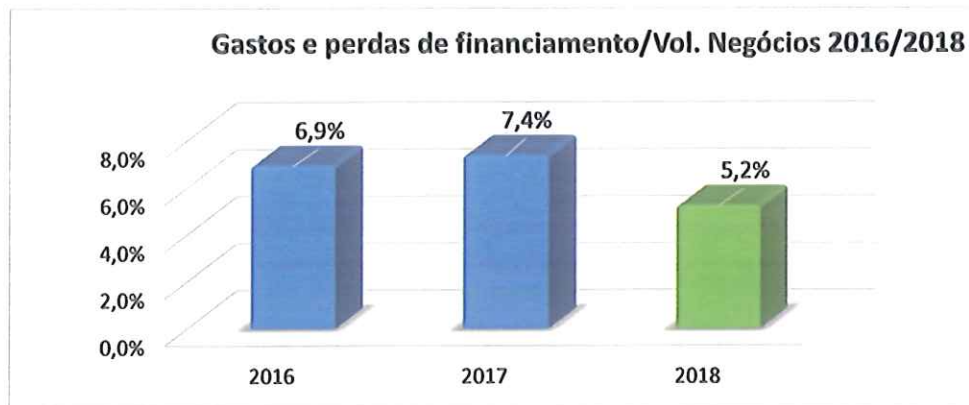


Gastos e perdas de financiamento



Estes valores incluem os juros de mora e outros encargos que não estão nesta mesma rúbrica na Demonstração de Resultados.

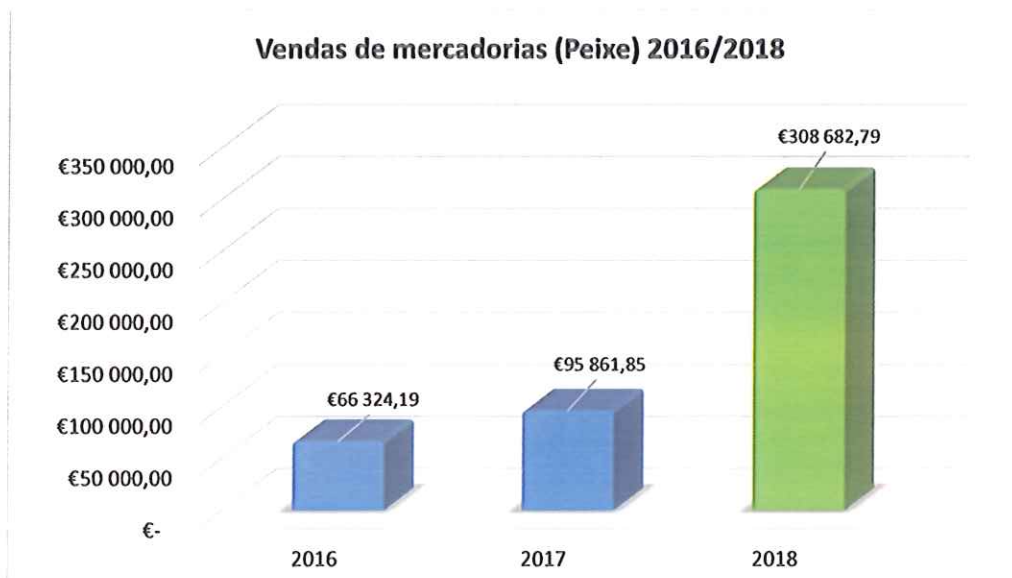
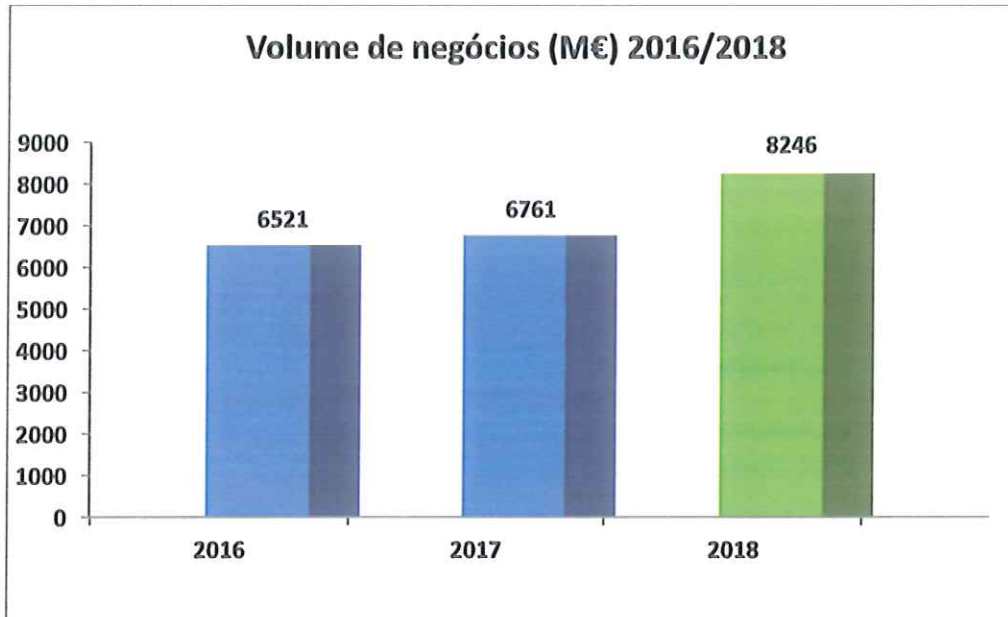
O valor gasto nesta rubrica diminuiu, em relação a 2017, cerca de 13,6%. Em 2018 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 5,2%.





4.2.2 RENDIMENTOS E GANHOS

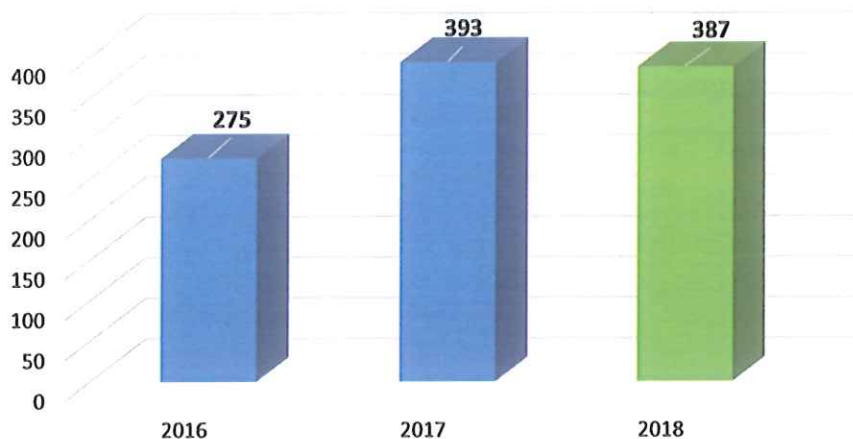
Vendas



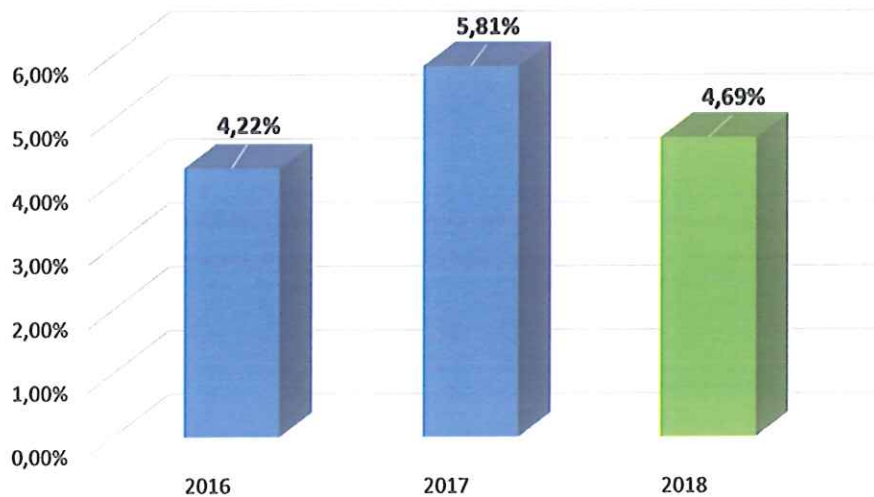
Como demonstra o gráfico, existe uma subida de 22% do volume de negócios de conservas em 2018, relativamente ao ano anterior, embora tenham sido vendidas mais 11,5% de latas de conservas este ano, o que representa um esforço da nossa empresa na valorização da conserva.



Descontos e abatimentos (milhares€) 2016/2018



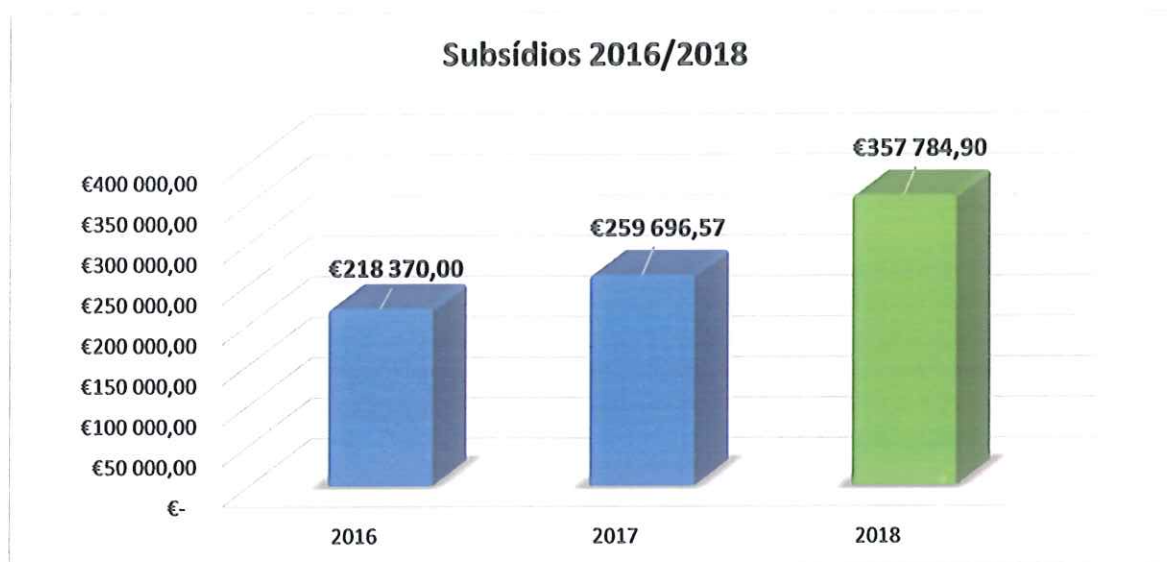
Desc. e abat./venda conservas 2016/2018



Os descontos e abatimentos diminuíram de 393 para 387 mil euros, em 2018, representando este ano 4,69% do volume de vendas.

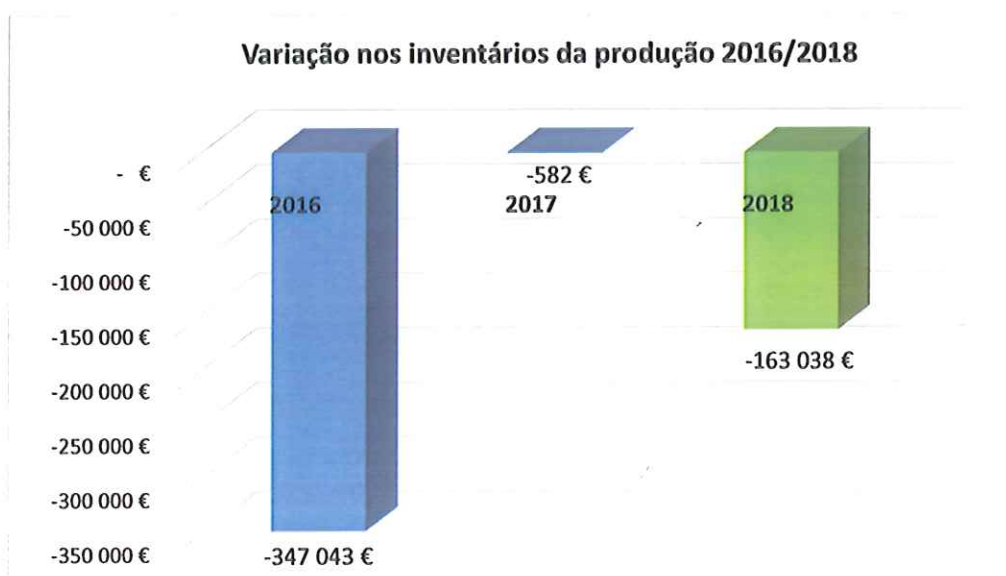


Subsídios à exploração



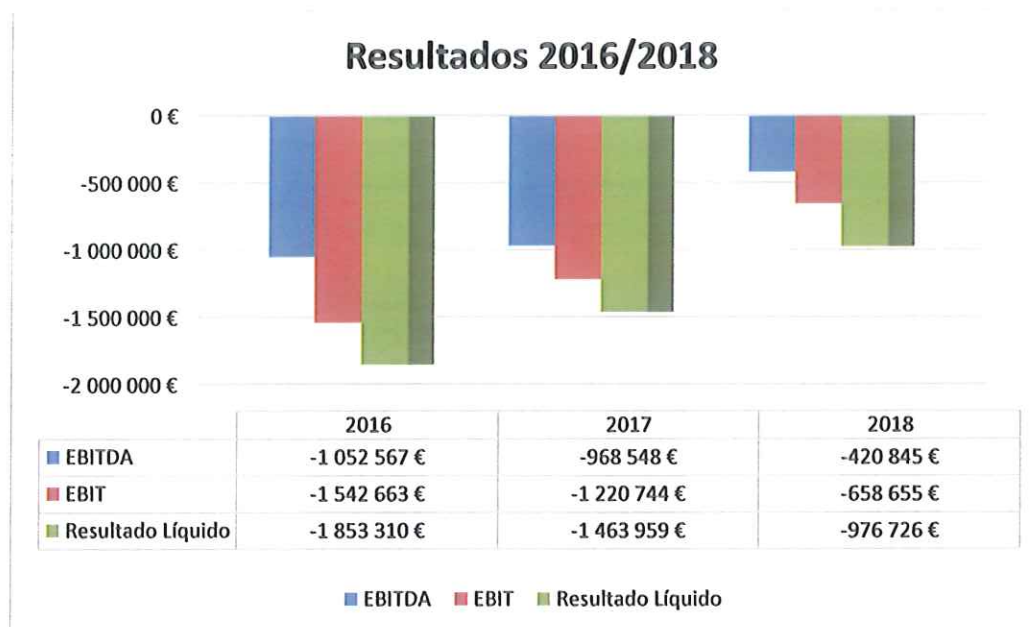
Os subsídios aumentaram cerca 38%, passando de 259.696,57€, em 2017, para 357.784,90€, em 2018. O valor do Poseima recebido em 2018 foi de 268.772, 29€ e o incentivo à internacionalização – Acesso aos mercados foi de 89.012,61€.

Varição nos inventários da produção





4.2.3 RESULTADOS



Os resultados de 2018, em relação ao ano anterior, melhoram em 56,5%, em termos de EBITDA, 46%, termos de EBIT, e 33% em termos de Resultado Líquido, sendo os melhores da sempre da história recente da Santa Catarina. Contribuíram para estes resultados o grande aumento do volume de vendas e aumento da produção, por isso estão de parabéns os nossos trabalhadores; a eliminação das perdas com a associada Companhia, o aumento pouco significativo dos custos com o pessoal, o aumento dos subsídios à exploração, a diminuição do custo das matérias primas e subsidiárias foram também fatores importante no comportamento económico e financeiro da empresa. Contudo, os resultados foram muito penalizados pelos custos de armazenagem/logística do frio do pescado adquirido na Região, e as amortizações e os juros suportados (568.585,27€), continuam a ter um peso muito elevado no Resultado Líquido do Período.



4.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo n.º 11 dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2018, no montante negativo de – 976.726,20€ (novecentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e seis euros e vinte cêntimos) seja levado a resultados transitados.

De acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o atual Conselho de Administração informa que metade do capital social se encontra perdido, pelo que a este propósito deverá ser adotada uma das medidas recomendadas nesse artigo, o que é indispensável para assegurar uma situação patrimonial equilibrada da empresa.

O Conselho de Administração tem desencadeado um conjunto ações para se encontrarem soluções de otimização dos resultados operacionais, os quais têm sido manifestamente insuficientes para inverter o ciclo de resultados negativos. Os capitais próprios são negativos em 6.080.411,49 euros em 31 de dezembro de 2018, os quais contemplam 13.595.729,04 euros, sob a forma de prestações acessórias do acionista único e, neste quadro, a capacidade da Santa Catarina operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos. Até a presente data não é do nosso conhecimento que irá proceder a quaisquer alterações sobre o desenvolvimento da atividade e do seu suporte financeiro.



5. AGRADECIMENTOS

O conselho de administração presta os seus inefáveis agradecimentos:

- A todos os funcionários pelo esforço e dedicação e evolução são peças fundamentais do projeto Santa Catarina, não só para a Ilha de São Jorge, como também para toda a Região;
- Às Instituições Financeiras que têm apoiado Santa Catarina, cuja colaboração e acompanhamento têm sido fundamentais, na atual conjuntura económica e financeira;
- A todos os clientes de um modo geral, pela colaboração e fidelização que têm disponibilizado à empresa;
- Aos fornecedores, por toda a compreensão e confiança, sobretudo no ano de 2018 aos armadores regionais que ao acreditarem na retoma e recuperação da empresa são fundamentais para este projeto.

Calheta, 28 de março de 2019

O Conselho de Administração

(Rogério Paulo Lopes Soares Veiros)

(Roberto Nuno Raposo Ferreira)

(Cíntia Ricardo Reis Machado)



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2,325,857.01	2,396,516.82
Ativos intangíveis	8	282,800.00	323,200.00
Outros investimentos financeiros	9	10,915.49	580,123.35
		<u>2,619,572.50</u>	<u>3,299,840.17</u>
Ativo corrente:			
Inventários	10	3,297,022.61	2,145,788.62
Clientes	11	2,545,458.73	2,283,368.27
Estado e outros entes públicos	12	191,503.82	106,754.72
Outros créditos a receber	11	344,134.35	1,079,510.07
Diferimentos	13	2,845.53	3,242.19
Caixa e depósitos bancários	4	310,193.44	126,120.31
		<u>6,691,158.48</u>	<u>5,744,784.18</u>
Total do Ativo		<u>9,310,730.98</u>	<u>9,044,624.35</u>
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6 e 14	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	6 e 14	13,595,729.04	12,870,729.04
Resultados transitados	14	(19,305,775.37)	(17,515,858.21)
Excedentes de revalorização	7 e 14	330,303.07	365,054.20
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	8 e 14	235,289.60	(23,676.71)
		<u>(5,094,453.66)</u>	<u>(4,253,751.68)</u>
Resultado líquido do período		<u>(976,726.20)</u>	<u>(1,463,958.69)</u>
Total do Capital Próprio		<u>(6,071,179.86)</u>	<u>(5,717,710.37)</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	12	1,905,635.19	1,471,093.26
Financiamentos obtidos	17	4,459,260.59	4,456,186.12
Passivos por impostos diferidos	15	114,206.23	128,010.48
Provisões	9	-	1,593,978.14
		<u>6,479,102.01</u>	<u>7,649,268.00</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	16	3,318,730.79	1,440,685.24
Estado e outros entes públicos	12	308,871.16	227,691.77
Financiamentos obtidos	17	4,058,376.11	3,809,512.67
Outras dívidas a pagar	16	1,216,830.77	1,635,177.04
		<u>8,902,808.83</u>	<u>7,113,066.72</u>
Total do Passivo		<u>15,381,910.84</u>	<u>14,762,334.72</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<u>9,310,730.98</u>	<u>9,044,624.35</u>

Contabilista Certificado

Julia Maria Brasil Eves

Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

O Conselho de Administração

Roberto Nuno Raposo Figueira
Luís Alexandre dos Machos

Relatório & Contas 2018

Pág. 50



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	18	8,246,372.64	6,761,463.22
Subsídios à exploração	19	357,784.90	259,696.57
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto	9	-	(97,404.98)
Variação nos inventários da produção	10	(163,037.66)	(581.61)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5,800,913.35)	(5,347,233.38)
Fornecimentos e serviços externos	20	(1,067,519.19)	(878,090.30)
Gastos com o pessoal	21	(1,828,564.30)	(1,785,278.15)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-	50,000.00
Outros rendimentos	22	53,631.39	379,010.52
Outros gastos	23	(218,599.80)	(310,130.22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(420,845.37)	(968,548.33)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(237,809.25)	(252,195.85)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(658,654.62)	(1,220,744.18)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	24	(330,776.02)	(322,855.91)
Resultado antes de impostos (EBT)		(989,430.64)	(1,543,600.09)
Imposto sobre o rendimento do período	12	12,704.44	79,641.40
Resultado líquido do período		(976,726.20)	(1,463,958.69)

Contabilista Certificado

Luísa Maria Brasil Eng

O Conselho de Administração

Roberto Nunes Raposo Furtado
Cláudia Rêgo dos Anjos



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2018 e 2017

Rubricas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
14	50.000,00	11.320.729,04	(16.497.038,46)	(398.037,65)	302.515,20	1.093.170,52	(1.863.310,02)	(5.381.371,37)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados			(1.853,310,02)				1,953,310,02	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis			875,139,90		(40,400,00)	(875,139,90)	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respectivas variações			40,400,00				-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			(81,049,53)		6,787,20	147,023,48	-	72,761,15
Aplicação do método de equivalência patrimonial			(1,015,819,75)	105,458,54	(33,612,80)	(728,116,32)	-	105,458,54
				105,458,54			-	178,219,69
								(1,463,958,69)
								(1,463,958,69)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		950,000,00						950,000,00
		950,000,00						950,000,00
14	50,000,00	12,370,729,04	(17,515,858,21)	(292,579,11)	268,902,40	365,054,20	(1,463,958,69)	(5,717,710,37)
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2017								
14	50,000,00	12,370,729,04	(17,515,858,21)	(292,579,11)	268,902,40	365,054,20	(1,463,958,69)	(5,717,710,37)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados			(1,463,958,69)				1,463,958,69	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis			41,768,18		(40,400,00)	(41,768,18)	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respectivas variações			40,400,00				-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			(13,804,25)		6,787,20	7,017,05	-	-
Aplicação método equivalência patrimonial - fusão da Companhia			(394,322,40)	292,579,11	(33,612,80)	(34,751,13)	-	(101,743,29)
			(1,789,917,15)	292,579,11			-	(101,743,29)
								(976,726,20)
								(976,726,20)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		725,000,00						725,000,00
		725,000,00						725,000,00
14	50,000,00	13,595,729,04	(19,305,775,37)	(0,00)	235,299,60	330,303,07	(976,726,20)	(6,071,179,80)
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2018								

Contabilista Certificado

Lucia Maria Brasil Eng

Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.

Relatório & Contas 2018

Pág. 52

O Conselho de Administração

Roberto Mano Joazeiro Ferreira
Ricardo dos Medeiros



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		8,117,753.17	7,338,607.57
Pagamentos a fornecedores		(6,906,442.83)	(7,285,322.80)
Pagamentos ao pessoal		(1,544,379.12)	(1,549,121.77)
Caixa gerada pelas operações		(333,068.78)	(1,495,837.00)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(11,278.15)	(10,494.54)
Outros recebimentos/pagamentos		304,574.79	480,903.57
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(39,772.14)	(1,025,427.97)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		(79,696.68)	(64,901.09)
<i>Investimentos financeiros</i>		-	(60,311.00)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(79,696.68)	(125,212.09)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		899,854.06	1,046,536.43
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		725,000.00	950,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(1,065,377.56)	(461,577.92)
<i>Juros e gastos similares</i>		(334,794.72)	(320,790.36)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		224,681.78	1,214,168.15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		105,212.96	63,528.09
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	126,120.31	62,592.22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	231,333.27	126,120.31

Contabilista Certificado

Lucia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

Roberto Nuno Zeporo Ferreira
António Pedro dos Neves



Santa Catarina
S. Jorge · Açores

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



01 – Introdução

SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., abreviadamente designada por SANTA CATARINA, constituída a 28 de abril de 1995, tem como objeto a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciados ou não matéria-prima para a sua atividade e, também, a comparticipação, aquisição ou fretamento de embarcações.

Em 20 de janeiro de 2009, a LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. adquiriu 67.534.542 ações representativas de 99,73% do capital social pelo valor de um cêntimo.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social.

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

SANTA CATARINA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.



Santa
Catarina
S. Jorge · Açores

02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base que os resultados operacionais poderão continuar a ser negativos e, sobretudo, que a situação financeira encontra-se totalmente desequilibrada, sendo o ativo corrente inferior ao passivo corrente em 2.211.650 euros em 31 de dezembro de 2018, que obriga que para manter as atividades, está fortemente dependente do financiamento do acionista e, no quadro de não haver intenção de as cessar no curto prazo, considerou apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



Handwritten signature

As presentes demonstrações financeiras foram afetadas em 2018 pelo processo de fusão que se consubstanciou na transferência global do património da COMPANHA. Assim, os elementos ativos e passivos da COMPANHA integrantes do seu património na data da fusão, foram integral e globalmente transferidos para SANTA CATARINA pelos respetivos valores contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2018, como se indica:

Ativo não corrente	598,27
Ativo corrente	<u>207 402,76</u>
Total do ativo	<u>208 001,03</u>
Passivo não corrente	666 324,68
Passivo corrente	<u>111 054,60</u>
Total do passivo	<u>777 379,28</u>
Valor líquido dos ativos e passivos	(569 378,25)
Anulação dos saldos relacionados	<u>(1 126 343,18)</u>
	(1 695 721,43)
Perdas assumidas em 31 de dezembro de 2017	1 593 978,14
Reserva de fusão	<u>(101 743,29)</u>

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, exceto os adquiridos antes de 2012 que se encontram mensurados pelo custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.



Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SANTA CATARINA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	4 - 18
Equipamento administrativo	4 - 11
Outros activos fixos tangíveis	3 - 20

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

d) Ativos intangíveis

A SANTA CATARINA reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a SANTA CATARINA e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca "SANTA CATARINA", que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013. Até ao ano 2015 as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida



útil indefinida. A partir de 2016 são amortizadas à taxa anual de 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SANTA CATARINA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.

e) **Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da SANTA CATARINA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.



Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

f) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a SANTA CATARINA exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à SANTA CATARINA do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da empresa subsidiária COMPANHA contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a SANTA CATARINA incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.



As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo estimado de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SANTA CATARINA se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham



maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Cientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de '*factoring sem recurso*', são relevadas nas demonstrações financeiras da SANTA CATARINA até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



Handwritten signature

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A SANTA CATARINA desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SANTA CATARINA desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

j) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.



Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- o A SANTA CATARINA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- o A SANTA CATARINA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SANTA CATARINA; e
- o Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SANTA CATARINNA;
- o A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- o Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da



retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a SANTA CATARINNA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

l) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a SANTA CATARINA cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à SANTA CATARINA sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.



m) Benefícios dos empregados

A SANTA CATARINA reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.



o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.



Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

s) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.



A SANTA CATARINA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da SANTA CATARINA.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.



Imparidade dos inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

A SANTA CATARINA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SANTA CATARINA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de



prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1,878.61	1,677.53
Depósitos bancários	<u>308,314.83</u>	<u>124,442.78</u>
	310,193.44	126,120.31
Descobertos bancários	<u>-78,860.17</u>	0.00
	<u><u>231,333.27</u></u>	<u><u>126,120.31</u></u>

05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

06 – Partes relacionadas

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 50.000 euros, é representado por 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de um cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que correspondem a 100% do capital social (5.000.000 ações).

Em 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social (Nota 14).



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a SANTA CATARINA apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

	2018	2017
Outros ativos financeiros		
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>0.00</u>	<u>572,612.94</u>
Clientes		
Empresa mãe - Lotaçor SA	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
Outras contas a receber		
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>0.00</u>	<u>553,730.24</u>
Fornecedores		
Empresa mãe - Lotaçor SA	<u>540,811.92</u>	<u>26,008.56</u>
	<u>540,811.92</u>	<u>26,008.56</u>

Em 2018, dando-se cumprimento à resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho concretizou-se a fusão das sociedades SANTA CATARINA e COMPANHA, mediante a transferência global do património da segunda para a primeira, na qual se concentrou a globalidade do património ativo e passivo das sociedades participantes na operação de fusão, tendo sido a COMPANHA extinta. Assim, os elementos ativos e passivos da COMPANHA integrantes do seu património na data da fusão, incluindo os direitos e obrigações decorrentes da sua atividade, foram integral e globalmente transferidos para a SANTA CATARINA pelos respetivos valores contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2018 (Nota 3 a).

Em 2012, a SANTA CATARINA disponibilizou fundos à Companhia, Lda. para assegurar o seu equilíbrio financeiro mínimo, no montante de 572.613 euros, que não tinha prazo de reembolso definido nem vencia juros.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi celebrado um acordo financeiro entre a SANTA CATARINA e a Lotaçor, S.A., definindo que os fundos financeiros disponibilizados à SANTA CATARINA, no montante de 9.455.729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação



económico-financeira, poderão ser transformados em capital social ou, alternativamente, serem reembolsados. Não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores.

Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, para os fundos disponibilizados no montante de 10.905.729 euros. Neste acordo, mantêm-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 20 de março de 2018, foi estabelecido uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, aditado a 20 de maio de 2015, onde se mantém os pressupostos do primeiro acordo de 2013 e estabelece-se um novo plano de reembolso para os fundos disponibilizados, no montante de 12.870.729 euros, contabilizados na rubrica de instrumentos de capital próprio (Nota 14). Neste acordo ficou estabelecido um plano de reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2019 a 2030 e de 870.729 milhares de euros para o ano de 2031.

Em 2018 a Lotaçor, SA disponibilizou mais 725.000 euros, totalizando o valor de 13.595.729 euros.

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Handwritten signature

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Custo								
Em 1 Janeiro de 2017	198,000.00	2,394,422.01	2,298,115.33	75,082.50	179,314.48	68,996.47	0.00	5,213,929.79
Adições		18,650.00	80,479.75		3,148.08	122.88	10,000.00	112,397.71
Alienações			-904,000.00					-904,001.00
Em 31 de Dezembro de 2017	198,000.00	2,413,072.01	1,474,595.08	75,082.50	182,460.56	69,119.35	10,000.00	4,412,329.50
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2017	0.00	492,183.27	1,519,855.32	44,323.92	144,875.93	64,778.39		2,266,016.83
Adições	0.00	114,619.77	163,887.64	6,502.35	10,230.78	2,034.48		297,275.02
Alienações			-537,479.17					-537,479.17
Em 31 de Dezembro de 2017	0.00	606,803.04	1,146,263.79	50,826.27	155,106.71	66,812.87	0.00	2,025,812.68
Valor líquido 2017	198,000.00	1,806,268.97	328,331.29	24,256.23	27,353.85	2,306.48	10,000.00	2,386,516.82
Custo								
Em 1 Janeiro de 2018	198,000.00	2,413,072.01	1,474,595.08	75,082.50	182,460.56	69,119.35	10,000.00	4,422,329.50
Adições			21,671.88		7,330.76		102,044.48	131,047.12
Alienações					-135.35			-135.35
Em 31 de Dezembro de 2018	198,000.00	2,413,072.01	1,496,266.96	75,082.50	189,655.97	69,119.35	112,044.48	4,553,241.27
Depreciações acumuladas								
Em 1 Janeiro de 2018	0.00	606,803.04	1,146,263.79	50,826.27	155,106.71	66,812.87		2,025,812.68
Adições	0.00	114,619.78	68,514.96	2,835.69	14,379.31	1,323.36		201,673.10
Alienações					-101.52			-101.52
Em 31 de Dezembro de 2018	0.00	721,422.82	1,214,778.75	53,661.96	169,384.50	68,136.23	0.00	2,227,383.26
Valor líquido 2018	198,000.00	1,691,649.19	281,488.21	21,420.54	20,271.47	933.12	112,044.48	2,325,857.01

Os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas, cuja data de eficácia da revalorização foi de 1 de janeiro de 2012 e originou uma variação positiva de 2.314.168 euros creditada diretamente em capital próprio.

Em 18 de julho de 2013, foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda de embarcação, que promete a venda da embarcação de pesca "Mestre Afonso", propriedade da SANTA CATARINA, pelo montante de 803.599 euros e, entretanto, em 1 de outubro de 2014, em 2015 e 2016, foram alterados os prazos de pagamento iniciais devido à fraca safra de atum Bonito nos mares dos Açores e Madeira, ficando estabelecido que o pagamento do preço contratual obedecerá aos seguintes termos: 10% a pagar com a assinatura do contrato, 25% em 30 de setembro de 2013, 12,5% em 31 de dezembro de 2014, 12,5% em 15 de dezembro de 2015 e o remanescente de 40% a pagar até à data de assinatura do contrato de compra e venda, que caso ocorra, tem como limite 30 de setembro de 2019, tendo o promitente-comprador de efetuar pagamentos mínimos de 10% no fim de cada ano. Esta moratória de pagamento até ao ano 2019 implica o pagamento de juros de mora sobre os valores em falta.



Em 2017, o Conselho de Administração deliberou fazer o reconhecimento contabilístico da alienação da embarcação “Mestre Afonso”, uma vez que não se prevê o não cumprimento do contrato-promessa de compra e venda, que resultou numa mais-valia contabilística, no montante de 351.599 euros, reconhecida na rubrica de Outros rendimentos (Nota 22). Em 31 de dezembro de 2017, o montante recebido a este respeito, foi de 546.282 euros, estando o montante ainda não recebido, no valor de 234.068 euros, registado na rubrica de Outros créditos a receber (Nota 11) que foi integralmente regularizado em 2018.

No decurso do exercício findo em 2018, foram incluídos na quantia de ativos fixos em curso dispêndios no montante de 112.044,48 euros, e 10.000,00 euros em 2017.

Em 2018 o valor de 234.068 euros referente à embarcação “Mestre Afonso” foi regularizado por encontro de contas, com a entrega de peixe. Os valores das embarcações da COMPANHIA, “Maria Leontina” e “Bela Aurora”, 51.220 euros e 126.566 euros, respetivamente, também foram regularizados por encontro com a entrega de peixe à SANTA CATARINA.

08 – Ativos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca “SANTA CATARINA”, que está mensurada ao justo valor de 404.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA.

Até ao ano de 2015, inclusive, as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2016 são amortizadas à taxa 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.



Nos anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos Intangíveis		
Propriedade Industrial	<u>323,200.00</u>	<u>363,600.00</u>
Amorizações acumuladas	<u>40,400.00</u>	<u>40,400.00</u>
Valor líquido	<u><u>282,800.00</u></u>	<u><u>323,200.00</u></u>

09 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam os seguintes ativos financeiros que se encontravam registados ao custo, que se indicam:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações financeiras - método do custo		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Açores, C.R.L.	124.70	124.70
Fundo Compensação Trabalho	<u>10,790.79</u>	<u>7,385.71</u>
	<u><u>10,915.49</u></u>	<u><u>7,510.41</u></u>

Com a incorporação da COMPANHA na SANTA CATARINA, todos os elementos ativos e passivos da COMPANHA integrantes do seu património na data da fusão mencionados na nota 3 b), foram integral e globalmente transferidos para a SANTA CATARINA pelos respetivos valores contabilísticos.

Em 2017, o movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial foi o seguinte:



	2018	2017
Companha - Sociedade Pesqueira, Lda		
Saldo inicial	0.00	0.00
Efeito da aplicação método da equivalência patrimonial	0.00	-97,404.98
Outras variações em capitais próprios	0.00	105,458.54
Provisões	0.00	-8,053.56
Saldo em 31 de Dezembro	0.00	0.00
Prestações suplementares	0.00	572,612.94
Saldo final	0.00	572,612.94

Como a parcela dos prejuízos atribuíveis excedia o valor contabilístico desta subsidiária, a quantia escriturada estava reduzido a zero, tendo sido reconhecido em períodos anteriores perdas futuras através da constituição de uma provisão dos prejuízos incorridos que perfazia o montante de 1.593.978 euros em 31 de dezembro de 2017.

10 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

	Em 31 de Dezembro de 2018		
	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	900,061.35	1,395,727.27	2,295,788.62
Compras	7,115,185.00		7,115,185.00
Variação da produção	-	-163,037.66	-163,037.66
Custo da matérias consumidas	-5,800,913.35	-	-5,800,913.35
Saldo final em 31 de Dezembro	2,214,333.00	1,232,689.61	3,447,022.61
Perdas por imparidade acumuladas	-	-150,000.00	-150,000.00
Inventário final líquido	2,214,333.00	1,082,689.61	3,297,022.61



Em 31 de Dezembro de 2017

	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	574,984.26	1,396,308.88	1,971,293.14
Compras	5,672,310.47		5,672,310.47
Varição da produção	-	-581.61	-581.61
Custo da matérias consumidas	<u>-5,347,233.38</u>	-	<u>-5,347,233.38</u>
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>900,061.35</u>	<u>1,395,727.27</u>	<u>2,295,788.62</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	<u>-150,000.00</u>	<u>-150,000.00</u>
Inventário final líquido	<u>900,061.35</u>	<u>1,245,727.27</u>	<u>2,145,788.62</u>

A variação nos inventários de produção em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resultou de:

	2018	2017
Existências finais	-1,232,689.61	-1,395,727.27
Existências iniciais	<u>1,395,727.27</u>	<u>1,396,308.88</u>
Varição da produção	<u>163,037.66</u>	<u>581.61</u>

11 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:



Handwritten signature

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Clientes				
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas	0.00	0.00	-	-
Outros clientes	2,545,458.73	2,283,368.27	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	391,167.20	391,167.20	-	-
	<u>2,936,625.93</u>	<u>2,674,535.47</u>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-391,167.20	-391,167.20	-	-
	<u>2,545,458.73</u>	<u>2,283,368.27</u>	-	-
Outros créditos a receber				
Acréscimo de rendimentos:				
Subsídio POSEIMA (Nota 19)	222,190.00	265,925.00	-	-
Outros acréscimos	89,012.61	0.00	-	-
Companha, Lda	0.00	553,730.24	-	-
Alienação embarcação Mestre Afonso (Nota 7)	0.00	234,068.14	-	-
Outros devedores diversos	32,931.74	25,786.69	-	-
	<u>344,134.35</u>	<u>1,079,510.07</u>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	-	-
	<u>344,134.35</u>	<u>1,079,510.07</u>	-	-

Na rubrica de Acréscimos de rendimentos está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores (POSEIMA), no montante de 222.190 euros, referente a 2018, e 89.012 euros referente à candidatura ao projeto Internacionalização – Acesso aos Mercados do Competir+ (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Perdas por imparidade teve o seguinte movimento:



	2018	2017
Clientes		
Saldo inicial	391,167.20	391,167.20
Aumentos	0.00	0.00
Utilizações	0.00	0.00
Reversões	0.00	0.00
Saldo Final	<u>391,167.20</u>	<u>391,167.20</u>
Outras contas a receber		
Saldo inicial	0.00	0.00
Aumentos	0.00	0.00
Utilizações	0.00	0.00
Saldo Final	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>

As perdas por imparidade de Clientes e de Outras contas a receber são registadas quando existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

12 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resumem-se como se segue:



Handwritten signature

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a segurança social	0.00	1,905,635.19	0.00	1,471,093.26
Corrente				
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	56,765.78		43,413.74	
IRC – A Recuperar / pagar	-	1,099.81	2.02	1,408.13
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		9,771.00		5,977.00
Rendimentos profissionais		46.72		15.30
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar	9,738.04		3,338.96	
IVA - reembolsos pedidos	125,000.00		60,000.00	
IVA - liquidações oficiosas				
Contribuição p/ Seg.Social - corrente		297,666.49		220,005.11
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		1,905,635.19		1,471,093.26
FCT e FGCT		287.14		286.23
	<u>191,503.82</u>	<u>2,214,506.35</u>	<u>106,754.72</u>	<u>1,698,785.03</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2018	2017	Ano de reporte
2014	12,303.66	12303.66	2026
2015	11,268.32	11268.32	2027
2016	10,305.94	10305.94	2028
2017	9,535.82	9535.82	2029
2018	13,352.04		2030
	<u>56,765.78</u>	<u>43,413.74</u>	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido



concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Os anos limite do prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação são indicados abaixo, estando anualmente limitado a 70% do lucro tributável.

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontra em situação de imparidade pode ser decompostos como segue:

Ano de geração	Valor		Ano de caducidade
	Base	Imposto	
2014	948,844	159,406	2026
2015	1,011,054	169,857	2027
2016	1,503,623	252,609	2029
2017	364,913	61,305	2030
2018	822,120	138,116	2031
	<u>3,828,434</u>	<u>643,177</u>	

Não obstante o valor recuperável dos prejuízos fiscais gerados nos períodos acima indicados, foi entendido mais uma vez pela Administração não reconhecer ativos de impostos diferidos, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a dívida ao Estado e outros entes Públicos estava assim classificada no balanço:

	2018	2017
Corrente	308,871	227,692
Não Corrente	1,905,635	1,471,093
	<u>2,214,506</u>	<u>1,698,785</u>



A Empresa tem solicitado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a aprovação de plano prestacionais para liquidação da segurança social, conforme se resume abaixo:

Aprovado	Não corrente	Corrente	Total	Nº prestações	Última prestação
set-15	784,473.34	94,098.60	878,571.94	150	fev-28
dez-15	92,181.88	10,740.00	102,921.88	150	mai-28
abr-16	45,187.75	5,018.52	50,206.27	150	set-28
ago-16	74,741.11	8,162.04	82,903.15	150	jan-29
dez-16	87,658.81	9,155.64	96,814.45	150	mai-29
abr-17	78,784.44	7,948.80	86,733.24	150	set-29
ago-17	81,252.69	7,993.32	89,246.01	150	jan-30
dez-17	98,210.11	9,356.04	107,566.15	150	mai-30
abr-18	94,083.77	8,685.24	102,769.01	150	set-30
ago-18	88,264.95	7,953.60	96,218.55	150	jan-31
dez-18	102,694.41	8,939.04	111,633.45	150	mai-31
ago-15	278,101.93	34,248.60	312,350.53	150	jan-28
	<u>1,905,635.19</u>	<u>212,299.44</u>	<u>2,117,934.63</u>		

Os planos prestacionais existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm como garantia a hipoteca do edifício da Santa Catarina, S.A.

O imposto sobre o rendimento do período decompõe-se em 2018 e 2017:

	2018	2017
IRC a pagar	-1,100	-1,408
Imposto diferido	13,804	81,050
	12,704	79,641

13 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende:



	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	2,845.53	3,242.19
Rendimentos a reconhecer		
Ativos tangíveis	0.00	0.00

14 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

No ano de 2017 a LOTAÇOR transferiu para a SANTA CATARINA o montante de 950.000 euros, e em 2018 transferiu 725.000 euros, contabilizados em outros instrumentos de capital próprio, passando o saldo devido ao acionista para 13.595.729 euros.

As variações ocorridas nas rubricas dos capitais próprios a seguir indicadas nos exercícios de 2018 e 2017 decorreram de:

	Em 31 de Dezembro de 2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Reserva de fusão	
Capital social	50,000.00	-	-	-		50,000.00
Out. instrumentos de capital próprio	12,870,729.04	-	-	725,000.00		13,595,729.04
Resultados transitados	(17,515,858.21)	(1,463,958.69)	-	(224,215.18)	(101,743.29)	(19,305,775.37)
Ajustamentos em ativos financeiros	(292,579.11)	-	-	292,579.11		-
Excedentes revalorização:						
Revalorização 2011	438,767.08	-	-	(41,768.18)		396,998.90
Impostos diferidos	(73,712.88)	-	-	7,017.05		(66,695.83)
Outras variações no capital próprio:						
Ativos intangíveis - Marca	323,200.00	-	-	(40,400.00)		282,800.00
Impostos diferidos	(54,297.60)	-	-	6,787.20		(47,510.40)
	(4,253,751.68)	(1,463,958.69)	-	725,000.00	(101,743.29)	(5,094,453.66)
Resultado líquido do período	(1,463,958.69)	1,463,958.69	(976,726.20)	-		(976,726.20)
	(5,717,710.37)	-	(976,726.20)	725,000.00	(101,743.29)	(6,071,179.86)



Em 31 de Dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50,000.00	-	-	-	50,000.00
Out. instrumentos de capital proprio	11,920,729.04	-	-	950,000.00	12,870,729.04
Resultados transitados	(16,497,038.46)	(1,853,310.02)	-	834,490.27	(17,515,858.21)
Ajustamentos em ativos financeiros	(398,037.65)	-	-	105,458.54	(292,579.11)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	1,313,906.88	-	-	(875,139.80)	438,767.08
Impostos diferidos	(220,736.36)	-	-	147,023.48	(73,712.88)
Outras variações no capital proprio:					
Ativos intangíveis - Marca	363,600.00	-	-	(40,400.00)	323,200.00
Impostos diferidos	(61,084.80)	-	-	6,787.20	(54,297.60)
	(3,528,661.35)	(1,853,310.02)	-	1,128,219.69	(4,253,751.68)
Resultado liquido do período	(1,853,310.02)	1,853,310.02	(1,463,958.69)	-	(1,463,958.69)
	(5,381,971.37)	-	(1,463,958.69)	1,128,219.69	(5,717,710.37)

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Na sequência do processo de fusão, a incorporação dos ativos e passivos da subsidiária COMPANHA, como apresentado na nota 3 a), originaram uma reserva de fusão que foi reconhecida em resultados de transitados no montante de 101.743 euros.

Como explicado na Nota 6, o saldo devido ao acionista de 13.595.729 euros, que corresponde aos fundos diretamente disponibilizados ou transformação de créditos que, no futuro, poderão ser utilizados para cobertura de prejuízos ou aumento de capital social. Como não existem indicações em contrário por parte do acionista, este montante será considerado como integrando as ações de sustentabilidade financeira que terão de ser concretizadas perante o risco de liquidez existente e, por isso, foi reconhecido em capitais próprios.

Em 15 de fevereiro de 2013 foi celebrado um acordo entre a Santa Catarina, S.A. e a Lotaçor, S.A. definindo o reembolso dos apoios financeiros disponibilizados, no montante de



10.905.729 euros, não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores que faz parte integrante desse acordo. Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, mantendo-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 20 de março de 2018, foi estabelecido uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, onde foi estabelecido um novo plano de pagamentos correspondente a prestações anuais conforme se segue:

<u>Prazo</u>	<u>Montante</u>
Até 01-07-2019	1,000,000
Até 01-07-2020	1,000,000
Até 01-07-2021	1,000,000
Até 01-07-2022	1,000,000
Até 01-07-2023	1,000,000
Até 01-07-2024	1,000,000
Até 01-07-2025	1,000,000
Até 01-07-2026	1,000,000
Até 01-07-2027	1,000,000
Até 01-07-2028	1,000,000
Até 01-07-2029	1,000,000
Até 01-07-2030	1,000,000
Até 01-07-2031	870,729
	<u>12,870,729</u>

Sempre que não houver excedentes de tesouraria anuais, a Região Autónoma dos Açores garante a cobertura das necessidades financeiras do acionista nos prazos acordados pelos intervenientes neste acordo tripartido, sendo certo que esses fundos que foram aplicados inicialmente na recapitalização da empresa manter-se-ão inalteráveis enquanto necessários para o pretendido equilíbrio patrimonial.

Como indicado na Nota 7, os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas determinadas por um avaliador independente que, conforme relatório datado



de 25 de janeiro de 2012, determinou, baseado no método comparativo do valor de mercado, que a quantia escriturada desses ativos fosse aumentada em 2.314.168 euros, sendo a data de eficácia dessa revalorização reportada a 1 de janeiro de 2012. Sobre este valor é calculado o respetivo imposto deferido.

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca "SANTA CATARINA" em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios, líquida de impostos de 268.902 euros em 2017 e 235.290 euros em 2018, devido à amortização da marca.

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), *"resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação"* da assembleia geral *"a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes."*

Em 31 de dezembro de 2018, os capitais próprios da SANTA CATARINA são negativos no valor de 6.071.180 euros, pelo que durante o período de 2019 esta situação terá de ser analisada pelo acionista.

15 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2018			Saldo final
	Saldos inicial	Capitais próprios		
		Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A.fixos Tang.	73,712.88	-	-7,017.05	66,695.83
Ativos intangíveis - marca	54,297.60	-	-6,787.20	47,510.40
	<u>128,010.48</u>	<u>0.00</u>	<u>-13,804.25</u>	<u>114,206.23</u>



Em 31 de Dezembro de 2017

	Capitais próprios			Saldo final
	Saldos inicial	Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	220,736.36	-	-147,023.48	73,712.88
Ativos intangíveis - marca	61,084.80	-	-6,787.20	54,297.60
	<u>281,821.16</u>	<u>0.00</u>	<u>-153,810.68</u>	<u>128,010.48</u>

16 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores				
Empresa mãe - Lotaçor	540,811.92	0.00	-	-
Outros fornecedores	2,777,918.87	1,440,685.24	-	-
	<u>3,318,730.79</u>	<u>1,440,685.24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	80,582.83	89,947.49	-	-
Fornecedores de investimento	60,277.15	19,867.70	-	-
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	246,545.22	240,164.99	-	-
Juros a liquidar	20,948.74	24,967.44	-	-
Outros credores	84,891.43	87,600.25	-	-
Cheques pré-datados	688,386.04	1,161,639.87	-	-
Outras contas a pagar	35,199.36	10,989.30	-	-
	<u>1,216,830.77</u>	<u>1,635,177.04</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Na rubrica Outras contas a pagar estão incluídos os cheques pré-datados entregues aos fornecedores, no montante de 688.386 euros (em 2017, 1.161.640 euros).



17– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	4,184,230.61	4,169,462.97
Locação financeira	<u>275,029.98</u>	<u>286,723.15</u>
	<u>4,459,260.59</u>	<u>4,456,186.12</u>
Correntes		
Contas Correntes Cauionadas	460,000.00	457,500.00
Empréstimos Bancários de curto prazo	2,947,370.08	2,841,090.79
Empréstimos Bancários de longo prazo	420,452.39	330,707.38
Locação financeira	151,693.47	180,214.50
Descobertos Bancários DO	<u>78,860.17</u>	<u>0.00</u>
	<u>4,058,376.11</u>	<u>3,809,512.67</u>
	<u>8,517,636.70</u>	<u>8,265,698.79</u>

Os empréstimos bancários existentes em 31 de dezembro de 2018 foram concedidos nas seguintes condições:

- (i) A 5 de abril de 2010, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 1.900.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* atual de 4%, pelo prazo de 14 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2012. Este financiamento está avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A.
- (ii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 3.438.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* atual de 3,75%, pelo prazo de 156 meses (13 anos), reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2013, financiamento avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A.



- (iii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500.000 euros, que se encontrava utilizada em 460.000 euros, e que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* de 5%, pelo prazo de 6 meses renovável por iguais períodos sucessivos, avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A.
- (iv) A 14 de março de 2012 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de cessão de créditos continuados com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros (com variação possível de 10% sobre o montante solicitado), reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* atual de 4,95%. Este contrato foi avalizado pelo acionista Lotaçor, SA e está também garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.
- (v) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400.000 euros, e que se encontrava utilizado em 85.462 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um *spread* de 4,95%. Este contrato encontra-se garantido por um aval do acionista Lotaçor, S.A.
- (vi) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700.000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1.000.000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de *spread* de 4,95%. Este contrato está avalizado pelo acionista Lotaçor e através de uma carta conforto do Governo Regional dos Açores.
- (vii) Em novembro de 2015 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósito um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 1.000.000 euros,



reembolsáveis após 90 dias da data do adiantamento. Em julho de 2018 o limite máximo passou para 650.000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de um *spread* de 3,75%, que se encontra utilizado em 545.611 euros. Este financiamento está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor e carta conforto da Região Autónoma dos Açores.

- (viii) Em janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320.000 euros, reembolsável em 240 rendas, no montante de 1.548 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 2,5%. Este contrato de locação financeira está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor.
- (ix) Em fevereiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 10.500 euros, reembolsável em 36 rendas, vencendo-se a primeira em março de 2016, no montante de 1.271,19 euros, e as restantes de 271,12 euros cada. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 3,25%. Este contrato de locação financeira está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor.
- (x) Em setembro de 2017 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 62.800 euros, reembolsável em 48 rendas, no montante de 1.376 euros cada, vencendo-se a primeira em setembro de 2017. Os juros são calculados à taxa Euribor 6 meses, acrescida de um *spread* de 3,5%, estando o contrato avalizado pelo acionista Lotaçor.
- (xi) A 19 fevereiro de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento de curto prazo, no montante de 200.000 euros, pelo prazo de 6 meses, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um *spread* de 3,5%. Os juros são pagos mensalmente e o capital é liquidado no fim do prazo ou aquando do recebimento do subsídio de "Acesso aos Mercados". Em agosto de 2018 foi acordado alterar o prazo de reembolso para 365 dias. Este financiamento está avalizado pelo acionista Lotaçor.



- (xii) Em março de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 17.000 euros, reembolsável em 36 rendas, vencendo-se a primeira em abril de 2018, no montante de 1.700 euros e as restantes de 438 euros cada. Os juros são calculados à taxa Euribor 6 meses, acrescida de um *spread* de 3,5%. Este contrato está avalizado pela Lotaçor.
- (xiii) Em 23 de julho de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores designado por "Confirming On-Time Pagamentos", pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros, reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um *spread* de 4,95%, que se encontra utilizado em 364.226 euros. Contrato avalizado pela Lotaçor e carta conforto do GRA.
- (xiv) A 8 de agosto de 2018 foi concluída a fusão da COMPANHA com a SANTA CATARINA, pelo que o contrato de financiamento celebrado a 23 de dezembro de 2015, entre a COMPANHA e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 515.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 1 ano com um *spread* de 4,25%, pelo prazo de 10 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de março de 2016 foi integralmente assumido sem alteração de condições e está avalizado pela Lotaçor, SA. E garantido pela carta conforto do Governo Regional dos Açores.
- (xv) Em 18 de novembro de 2018 foi celebrado com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo um contrato de facilidade de descoberto, pelo prazo de 182 dias, com o limite máximo de 700.000 euros, que se encontrava utilizado em 692.619 euros, vencendo juros à taxa nominal fixa de 4,5%, que corresponde a uma taxa anual efetiva de 5,153%. Este empréstimo está avalizado pelo acionista Lotaçor e carta conforto da Região Autónoma dos Açores.

18 – Vendas e serviços prestados



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas		
Mercadorias	308,682.79	95,861.85
Produtos acabados e intermédios	7,816,538.28	6,564,782.81
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	<u>104,030.05</u>	<u>84,579.65</u>
	<u>8,229,251.12</u>	<u>6,745,224.31</u>
Prestações Serviços	<u>17,121.52</u>	<u>16,238.91</u>
	<u>8,246,372.64</u>	<u>6,761,463.22</u>

19 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2018 e 2017 detalha-se como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios à exploração		
Estado e outros entes públicos	<u>357,784.90</u>	<u>259,696.57</u>

Esta rubrica compreende predominantemente a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, ao abrigo da Portaria n.º 84/2017, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores – POSEIMA – PESCAS. Em 2018 inclui 89.012 euros referente à candidatura ao Competir+ "Internacionalização – Acesso aos Mercados". Os montantes ainda não recebidos estão evidenciados em Outras contas a receber (Nota 11).



20 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	74,199.30	144,472.94
Publicidade e propaganda	4,360.31	9,086.24
Vigilância e segurança	0.00	120.00
Honorários	0.00	3,565.11
Comissões	31,849.82	51,299.59
Conservação e reparação	36,434.60	22,918.47
Serviços bancários	68,875.55	78,490.41
Outros	8,544.62	26,694.79
Custos de armazenagem no frio	223,100.32	0.00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21,533.16	25,633.16
Material escritório	4,011.31	3,314.39
Material laboratório	5,015.75	8,187.19
Electricidade	81,585.90	80,992.31
Combustíveis	11,734.08	8,582.32
Água	30,889.98	33,014.49
Outros	20,943.53	2,872.49
Deslocações e estadas	44,088.72	30,903.51
Transportes de pessoal	50,771.08	51,584.33
Transportes de mercadorias	291,506.48	241,015.06
Rendas e alugueres	2,892.24	2,892.24
Comunicação	8,807.61	11,513.27
Seguros	13,232.71	13,817.53
Contencioso e notariado	2,584.29	1,927.99
Despesas de representação	3,606.80	2,945.49
Limpeza, higiene e conforto	26,072.58	18,123.25
Outros fornecimentos e serviços	878.45	4,123.73
	<u>1,067,519.19</u>	<u>878,090.30</u>



21 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	115,193.35	115,901.31
Remunerações do pessoal	1,329,720.44	1,289,848.73
Indemnizações	5,966.59	10,868.66
Encargos sobre Remunerações	321,536.07	314,362.03
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	38,457.43	30,274.07
Outros gastos com Pessoal	17,690.42	24,023.35
	<u>1,828,564.30</u>	<u>1,785,278.15</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SANTA CATARINA durante os exercícios de 2018 e 2017 foi de 133 e 138, respetivamente.

22 – Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outros rendimentos resume-se como se segue:



Funes

	2018	2017
Rendimentos suplementares	23,875.95	8,940.02
Descontos de pronto pagamento obtidos	374.55	18.73
Ganhos na alienação de ativos tangíveis (Nota 7)	0.00	351,599.36
Correções relativas a períodos anteriores	29,218.49	430.08
Juros de depósitos bancários	0.00	10.12
Outros não especificados	162.40	18,012.21
	<u>53,631.39</u>	<u>379,010.52</u>

23 – Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros gastos resume-se como se segue:

	2018	2017
Impostos	37,979.77	52,244.72
Descontos de pronto pagamento concedidos	25,760.98	16,056.30
Dívidas incobráveis	3,984.72	2,105.69
Abates	4.17	0.00
Correções relativas a períodos anteriores	45,533.23	48,595.06
Quotizações	5,430.00	3,882.00
Insuficiência da estimativa para impostos	0.00	2.26
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	1,214.87
Multas e penalidades	280.00	0.00
Caducidade do PEC	0.00	9,393.54
Encargos com descontos	33,599.61	133,910.28
Juros de mora e compensatórios	66,007.32	41,461.83
Outros não especificados	20.00	1,263.67
	<u>218,599.80</u>	<u>310,130.22</u>

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

24 – Juros e rendimentos e gastos similares



Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

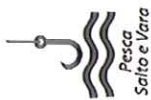
	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	317,813.05	310,893.38
Juros de locação financeira	12,962.97	11,962.53
	<u>330,776.02</u>	<u>322,855.91</u>

25 – Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 existia um processo judicial contra a SANTA CATARINA, relacionado com um pedido de indemnização de um apoio financeiro atribuído em 2008, no montante aproximado de 560.000 euros, acrescidos os respetivos juros de mora. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para a SANTA CATARINA.

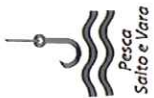


8. ORGÃOS SOCIAIS



8.1 COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Cargo	Órgão Social	Data Nomeação	Mandato	Observações
<i>Mesa da Assembleia Geral</i>				
Presidente	Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha	17-mai-16	2016-2018	
Vice-Presidente	António Neves Lopes Gomes	17-mai-16	2016-2018	
Secretário	Leonardo Miguel Arruda Araújo da Costa Ponte	17-mai-16	2016-2018	
Conselho de Administração				
Presidente	Rogério Paulo Lopes Soares Veiros	17-mai-16	2016-2018	
Vogal Executivo	Roberto Nuno Raposo Ferreira	17-mai-16	2016-2018	
Vogal Não Executivo	Cíntia Ricardo Reis Machado	17-mai-16	2016-2018	
Fiscal Único				
Efetivo	UHY & ASSOCIADOS - SROC, Lda. (nº164) Representada por Manuel Luís Fernandes Branco	17-mai-16	2016-2018	
Suplente	António Tavares da Costa Oliveira. (nº 656)	17-mai-16	2016-2018	



Rui

CS

8.2 REMUNERAÇÕES

Administradores	Período em funções 2018	Diário	Mensal		Anual								
			Regime Previd	Subs Alim	Vencimento Base	Despesas Represent	Vencim Base	Despesas Represent	Subs. Férias	Férias não gozadas	Subs. Natal	Subs Alim	Total
Presidente do Conselho de Administração Vogal	1 jan a 31 dez		Segurança Social	4,27 €	3.648,00 €	1.094,40 €	13.132,80 €	43.776,00 €	3.648,00€	0,00 €	3.648,00 €	999,18€	65.203,98 €
Executivo do Conselho de Administração Vogal Não	1 jan a 31 dez		Segurança Social	4,27 €	3.283,20 €	820,80 €	9.849,60 €	39.398,40 €	3.283,20€	0,00 €	3.283,20 €	986,37€	56.800,77 €
Executivo do Conselho de Administração	1 jan a 31 dez		x	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: Os valores não demonstram as reduções remuneratórias.



8.3 CURRICULUM VITAE



Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Informação Pessoal

Gestor, Nascido em 11 de janeiro de 1973,

Percurso profissional:

Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA (1995/2001):

- Reativação da fábrica de conservas de peixe, na Ilha de São Jorge (1995);
- Criação, lançamento, registo e internacionalização da Marca Santa Catarina (1995);
- Construção da nova fabrica, na ilha de São Jorge no período de um ano (2000);
- Preparação e condução da empresa para sua privatização (2003);

Companha – Sociedade Pesqueira, Lda (1999/2001):

- Criação e fundação da empresa;
- Reativação da pesca do atum na ilha de São Jorge
- Construção do atuneiro "Mestre Afonso";
- Preparação e condução da empresa para a sua privatização total (2001);
- Gerente da Companha de (2015 a 2018)
- Extinção por fusão na Santa Catarina (Agosto de 2018)

Africauto - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda (1995/2013):

- Recuperação da empresa familiar em situação difícil, com reestruturação de todas áreas (1996);
- Criação e implementação de rentacar e outros negócios;

Governo dos Açores – Serviço Regional de Saúde (2001/2004)

- Vogal do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Calheta, unidade de saúde com prestação de cuidados saúde primários, SAP e Internamento e consultas de especialidades;

Santa Catarina SA– (2015)

- Presidente do Conselho de Administração da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, SA;

Dirigente associativo/participação cívica e social:

- Presidente da Associação de Indústrias de conservas dos Açores "Pão do Mar" (2015/2018);
- Vogal da Direção da Associação Nacional de Indústrias de Conservas (2018);
- Membro do Observatório Europeu para a Rastreabilidade do Atum (2017/2018);



Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2004/2008);
 - Relator da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;
 - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;
- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2008/2012);
 - Membro da Comissão de Economia;
 - Membro da Comissão de Assuntos Sociais;
 - Membro da Comissão de Inquérito ao Serviço Regional de Saúde;
 - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector Agrícola nos Açores;
 - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector das Pescas nos Açores;
 - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;
- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2012)
 - Membro da Comissão de Economia;
 - Membro da Comissão de Inquérito ao Grupo Sata
 - Membro do Grupo de trabalho que realiza estudo do sector cooperativo regional;
 - Membro do Grupo de trabalho para o estudo do impacto do fim das quotas leiteiras;

Autarca:

- Membro da Assembleia de Freguesia da Calheta, eleito pelo Partido Socialista (1997/2001);
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2001/2004)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2004/2008)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2008/2009)

Dirigente Partidário:

- Membro de diferentes órgãos do PS- Açores, nomeadamente do Secretariado Regional, Comissão Regional;

Outras Participações:

- Membro da Direção da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta (2000/2015);
- Membro da Direção do Futebol Clube Calheta (2003/2005);
- Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Calheta (2003/2015);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Estímulo (2011/2015);
- Presidente da Assembleia Geral da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta (2016/2017)
- Socio fundador da Associação Amigo do Animal da Ilha de São Jorge (2007);
- Apoio e implementação de projetos diversos na área empresarial;



Formação académica/profissional:

Formação Académica:

- Ensino básico na Escola Padre Manuel Azevedo da Cunha, Calheta de São Jorge (1981/1990);
- Ensino Secundário na Escola Secundária Domingos Rebelo, Ponta Delgada, São Miguel (1990/1992);
- Curso de Nível III de Gestão de PME e Cooperativas na UGTESC, (1992/1994);
- Frequentou o Curso de Gestão de Empresas da Universidade dos Açores (1994/95 e 2010/2011);

Formação Profissional:

Participação em formações ou ações diversas, entre outras:

- Formação Jurídica na área dos concursos de aquisição de bens e serviços;
- Formação em Liderança;
- Formação de controlo e aplicação de HACCP;
- Formação em Orientação para Cliente;
- Formação em AS-Win e implementação deste sistema informático;
- Congressos e palestras sobre liderança;
- Fóruns Mundiais sobre o Atum;
- Feiras e diversos eventos nacionais e internacionais relacionados com a indústria conserveira.



Roberto Nuno Raposo Ferreira

Informação Pessoal

Nome Completo: Roberto Nuno Raposo Ferreira

Data de Nascimento: 9 de fevereiro de 1976

Sexo: Masculino

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: São José

Nacionalidade: Portuguesa

Carta de Condução: Categorias A1, A e B

CAP N.º EDF 1137/99 DRJEPF 29/06/1999

Carteira Profissional TOC N.º 51245

Formação académica

Data: 2011/2013

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Diploma de Estudos Especializados em Ciências Económicas e Empresariais - Especialidade de Marketing - Parte curricular do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais concluída, faltando a dissertação para obtenção do grau de Mestre.

Principais disciplinas/competências: Marketing de Serviços, Métodos Quantitativos, Comportamento Organizacional, Gestão Estratégica, Estudos de Mercado, Complementos de Marketing, Controlo de Gestão, Marketing Internacional.

Classificação obtida: 17 Valores

Data: 6 de fevereiro a 3 de julho de 2004

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores em parceria com o Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa.

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho



Classificação obtida: Conclusão com aproveitamento

Principais disciplinas/competências: O Código do Direito do Trabalho

Data: Outubro de 1994 a junho de 1998

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Licenciatura em Gestão de Empresas, área de Marketing

Principais disciplinas/competências: Contabilidade, Gestão, Economia, Econometria, Sociologia, Estatística, Marketing, Finanças, Recursos Humanos, Matemática. Colaboração com o Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores na realização de um estudo sobre a produção industrial açoriana e suas limitações à exportação em 1998.

Classificação obtida: 14 Valores

Experiência profissional

Data: 25 de março de 2013 até ao presente

Função ou cargo ocupado: Administrador Executivo - Vogal do Conselho de Administração

Principais atividades e responsabilidades: Administração executiva da empresa em todas as suas áreas.

Nome e morada do empregador: Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.

Rua do Roque, 9 | 9850 - 079 Calheta

Data: 1 de dezembro de 2007 a 6 de fevereiro de 2012

Função ou cargo ocupado: Diretor de Marketing e Comunicação do Grupo Marques

Principais atividades e responsabilidades: Análise dos diversos mercados do Grupo, internos e externos, funcionando como apoio a Diretores e Administradores, fornecendo-lhes dados consistentes que auxiliem na tomada de decisões estratégicas. Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação da equipa do Observatório de Marketing, da equipa do design criativo e das Relações Públicas.

Nome e morada do empregador: Marques, SGPS, S.A. | Construção, Distribuição e Saúde

Rua Joaquim Marques, 34, Rabo de Peixe, 9600-049 Ribeira Grande



Data: 9 de fevereiro de 1998 a 31 de novembro de 2007

Função ou cargo ocupado: Diretor de Marketing do Grupo Caetano & Mont'Alverne

Principais atividades e responsabilidades: Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação do Plano Promocional, interligação da empresa com a Central de Compras Uni.Mark e Uniarme, coordenação da imagem global do Grupo e de todas as campanhas publicitárias. Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, de 2000 a 2004, nomeadamente pela coordenação do processamento de salários, contratos de trabalho, recrutamento e seleção de candidatas, avaliação do desempenho, e coordenação da formação.

Nome e morada do empregador: Caetano & Mont'Alverne, SGPS, S.A.

Rua de São Gonçalo, 223, 9500 —343 Ponta Delgada

Data: 1997 a 1999

Função ou cargo ocupado: Análises económicas e financeiras de empresas e candidatura de projetos de investimento aos diversos sistemas de incentivos da Região.

Principais atividades e responsabilidades: Consultoria em análise de projetos de investimentos

Nome e morada do empregador: Formar & Aconselhar, Lda | Consultoria e Formação

Ponta Delgada

Data: Outubro 2012 a março de 2013

Função ou cargo ocupado: Formador na área de Marketing - UFCD's de Marketing Mix de Serviços e Inovação em Serviços do Curso Reactivar.

Nome e morada do empregador: Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Data: Desde outubro de 2012

Função ou cargo ocupado: Formador na área Comercial/Marketing - Atendimento a Clientes, Atendimento ao Público e Gestão de Reclamações e Conflitos.

Nome e morada do empregador: Competir - Formação e Serviços, Lda

Data: Desde abril de 2011

Função ou cargo ocupado: Formador na área Comercial/Marketing - Técnicas de Venda e Merchandising e Técnicas de Negociação Comercial.

Nome e morada do empregador: Norma Açores, S.A.



Formação profissional

Data: 28 de outubro a 8 de novembro de 2010

Instituição de ensino ou formação: Competir - Formação e serviços, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Corel Draw - Editor de Imagem

Data: 13 de setembro e 18 de outubro de 2010

Instituição de ensino ou formação: Competir - Formação e serviços, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Pedagógica de Formadores; duração de 90 horas.

Data: 21 de maio de 2009

Instituição de ensino ou formação: Global Estratégias

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Profissional "Congresso de Marketing Direto"; duração de 7 horas.

Data: 17 de abril de 2008

Instituição de ensino ou formação: Primavera Academy

Certificado ou diploma atribuído: Seminário Executivo sobre "Marketing Inovador" por Valverde Cota.

Data: 20 de junho de 2006

Instituição de ensino ou formação: Neves de Almeida, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento e Vendas"; duração de 8 horas.

Data: 2 a 5 de maio de 2006

Instituição de ensino ou formação: Richard Bordone

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Merchandising"; duração de 28 horas.



Data: 21 de outubro a 8 de novembro de 2002

Instituição de ensino ou formação: CMS

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Gestão da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho"; duração de 30 horas.

Data: 28 de maio a 1 de junho de 2001

Instituição de ensino ou formação: Associação dos Jovens Empresários dos Açores

Certificado ou diploma atribuído Ação de Formação: "Internet e Comércio Eletrónico", 15 horas.

Data: 30 a 31 de outubro de 2000

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento Personalizado"; duração de 8 horas.

Data: 19 a 20 de Novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: IMC - Instituto Mercado de Capitais

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Análise Financeira de Empresas"

Data: 2 a 5 de novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Merchandising - Promoção no Ponto de Venda» - duração de 20 horas.

Data: 20 a 29 de outubro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Informática-Atualização"; duração de 24 horas.



Data: 20 a 24 de setembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído Ação de Formação: "Condução de Reuniões"; duração de 15 horas.

Data: 7 a 21 de junho de 1999

Instituição de ensino ou formação: Raiz Quadrada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Liderança e Motivação de Equipas"; duração de 30 horas.

Data: 15 a 19 de março de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento de Qualidade"; duração 20 horas.

Data: 6 de janeiro a 23 de fevereiro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Pedagógica de Formadores, homologado pela Direção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, com a duração de 90 horas.

CAP N.º EDF 1137/99 DRJFEP 29/06/1999

Data: 16 a 20 de fevereiro de 1998

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Técnicas de Atendimento"; duração 20 horas.

Domínio de Línguas Estrangeiras

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Inglês: Compreensão Oral - C1; Leitura - B2; Interação Oral - B1; Produção Oral – B2; Escrita - B2

Francês: Compreensão Oral - B1; Leitura – B1; Interação Oral – A2; Produção Oral – A2; Escrita - B2



Aptidões e Competências

Sociais

Presidente da Direção do Grupo Folclórico Ilha Verde da Escola Domingos Rebelo de Ponta Delgada, com experiência na realização de diversos eventos culturais durante 3 mandatos de 2 anos.

Presidente do Conselho Fiscal do Clube Columbófilo de São Miguel de 2000 a 2002.

Membro do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Organização

Organização de Intercâmbios Culturais entre Ranchos Folclóricos e Coordenação da Organização da Gala Internacional de Folclore de Ponta Delgada, enquanto presidente do Grupo Folclórico Ilha Verde, com a organização da receção de muitos Ranchos Internacionais em São Miguel.

Organização de várias «ExpoAves» em São Miguel, como membro da Associação de Avicultores de São Miguel. Organização de Feiras, Seminários Conferências, Festas de Aniversário, Inaugurações, Apresentações e outros eventos, enquanto Diretor de Marketing e Comunicação.

Técnicas

Monitor de cursos de instrumentos de corda da Casa de cultura de Ponta Delgada de 1995 a 1999.

Assessor de Networking de 1995 a 1997.

Praticante de Vela durante 3 anos.

Informáticas

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador, tanto em ambiente Windows como em software de gestão Pirâmide. Domínio de programas como Word, Excel, PowerPoint, Internet, SPSS, Corel Draw e Photoshop.

Artísticas

Executante de instrumentos de cordas, como a Viola da Terra Micaelense e a Guitarra Clássica.

Tocador de Viola da Terra no Grupo Folclórico Ilha Verde.



Cíntia Ricardo Reis Machado

Nasceu a 28 de março de 1976 na Freguesia de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. É casada e tem dois filhos.

Formação Académica e Atividade Profissional:

Concluiu a Licenciatura em Gestão de Empresas em julho de 1998, na Universidade dos Açores, com a classificação final de 14 valores.

De 15 de abril de 1998 até 31 de janeiro de 2008, foi funcionária do Banco Comercial dos Açores (atual Banif), na Direção de Gestão Global de Risco.

Das principais funções exercidas nesta Instituição Financeira, destacam-se:

- análise de projetos de investimento;
- análise de propostas de crédito de particulares de empresas;
- emissão de pareceres sobre operações de crédito;
- participação permanente na Comissão Conjunta de Crédito e no Conselho Superior de Crédito, funções exercidas de 1999 até 2008, cujas competências eram análise e decisão de propostas de crédito de empresas e particulares, bem como emissão de pareceres de operações decididas ao nível da Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- acompanhamento dos projetos ao abrigo do RIME, PROCOM, SIRAPA, SIRALA, Protocolo da Pesca Artesanal, Protocolo do BCA Agricultura;
- participação em diversos grupos de trabalho no Grupo Banif, no âmbito da implementação de Basileia II e das Imparidades e respetivo acompanhamento;
- aquando da centralização da Direção de Risco do BCA no Banif, passou a realizar a coordenação da equipa da direção de risco localizada em S. Miguel, com respetivo reporte a Lisboa.

De 1 de fevereiro de 2008 até 12 de outubro de 2010, exerceu as funções de Diretora-geral Financeira do Grupo Marques, composto por cerca de 14 empresas nas áreas da construção civil, comércio de materiais de construção, distribuição alimentar e saúde, cujos funcionários diretos eram mais de 1.500.



Das principais funções exercidas neste Grupo, destacam-se:

- supervisão das atividades de tesouraria e de gestão de crédito no Grupo tendo em atenção os fatores associados de risco e liquidez, incluindo pagamentos, recebimentos, controlo de contas bancárias, financiamentos bancários, linhas de crédito e todas as atividades relacionadas;
- assegurar as relações com as Instituições Financeiras e Seguradoras que trabalham com o Grupo;
- supervisão e coordenação do reporting do Grupo fornecido aos parceiros sociais da empresa.
- elaboração dos planos e orçamentos financeiros anuais em todo o Grupo;
- acompanhamento da elaboração dos orçamentos financeiros mensais em todo o Grupo;
- liderar a gestão e implementação das políticas e dos objetivos financeiros do Grupo assegurando o melhor equilíbrio da sua estrutura de capital.

De 12 de outubro de 2010 a 30 de abril de 2014, exerceu as funções de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Desde 16 de setembro de 2011, exerce as funções de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.

Desde 30 de abril de 2014, exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Outras Formações:

- Normas Internacionais de Contabilidade – OTOC - 2 de outubro de 2008
- Orçamento de Estado para 2009; Encerramento de Contas de 2008 – OTOC – 26 de janeiro de 2009
- Estrutura Conceptual (SNC) e os Novos Modelos de Relato Financeiro; Fiscalidade em Função dos Documentos – OTOC – 6 de julho de 2009
- Sistema de Normalização Contabilística – Exemplos Práticos – OTOC – 28 de setembro de 2009



- Curso de Formação Profissional “Novo Modelo de Normalização Contabilística” – AEP/CCIPD - 35 horas - De 7 a 11 de novembro de 2009 - Classificação Final: Apto
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC – 18 de novembro de 2009
- Orçamento de Estado 2012; Encerramento de Contas de 2011 – OTOC – 30 de janeiro de 2012
- Desafios Fiscais 2012 – UHY & Associados, SROC, LDA – 16 de fevereiro de 2012
- Diversas formações realizadas no Instituto de Formação Bancária e na Global Estratégias

Informação Adicional

- Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1998, com o nº 61058.
- Em junho de 2006, recebimento do prémio “*Dignitas 2005 – Labor Omnia Vincit*”, do Banco Comercial dos Açores, destinado a premiar a Conduta Exemplar, a Excelência do Desempenho e a Sentida Vivência dos Valores do Banco.
- Em Dezembro de 2014, a convite da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, participou na Conferência “Pescas nas Regiões Ultraperiféricas”, onde fez uma apresentação no Parlamento Europeu sobre “Pescas nos Açores – Aspetos Económicos: Mercados”.



9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



UHY & Associados, SROC, LDA.

Sociedade de Revisores Oficiais da Contas

Avenida Infanta D. Henrique, n.º 3, 2.º
9500-762 PONTA DEL GADA
Tel: 296 283 246
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A. (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
5. A Entidade apresenta capitais próprios negativos e encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Consequentemente, a concretização de medidas de reestruturação são necessárias em termos legais e financeiros para salvaguardar a continuidade das operações, sendo que esta permanecerá fortemente dependente da capacidade do acionista



UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

disponibilizar os fundos necessários para que a liquidação dos passivos financeiros ocorra pelos montantes e nos prazos contratualmente estabelecidos e, complementarmente, pelo apoio das instituições financeiras na renovação e reforço das linhas de crédito. Salientamos, também, que se deverá publicar a existência de perda de capital de acordo o estabelecido no artigo 121º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



Handwritten signature in purple ink.



10. CERTIFICAÇÃO LEGAL



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 9.310.731 euros e um total de capital próprio negativo de 6.071.180 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 976.726 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Ponderando a antiguidade e os riscos de crédito associados aos saldos das contas a receber, verificámos que existem alguns devedores com dificuldades de cobrabilidade que não foram alvo de reconhecimento de perdas por imparidade em períodos anteriores no montante estimado de 680.000 euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
2. Conforme referido nas notas 8 e 14, a Entidade procedeu em 2013 ao reconhecimento de marcas geradas internamente, valorizando as mesmas com base num estudo de avaliação realizado por um entidade independente. Tendo em conta que este procedimento contraria as disposições das normas contabilísticas e de relato financeiro, consideramos que os ativos intangíveis, os capitais próprios e os passivos por impostos diferidos estão sobreavaliados em 282.800 euros, 235.290 euros, 47.510 euros, respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da



lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras preparadas em referência a 31 de dezembro de 2018 no pressuposto da continuidade das operações apresentam capitais próprios negativos de 6.071.180 euros, os quais contemplam um reforço do acionista único de 13.595.729 euros sob a forma de prestações acessórias e, neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme divulgado no relatório de gestão, a capacidade da Entidade operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista único continuar disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos e, conseqüentemente, se possa considerar apropriado o princípio de continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Na Certificação Legal das Contas emitida no ano anterior, existia uma reserva entretanto resolvida pelo processo de fusão da subsidiária que foi concretizado em 2019, como indicado na nota 3 a) do anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso



UHY & Associados, SROC, LDA. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓ SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)